



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - LEI ROUANET			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1482/16	DATA: 24/11/2016	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 10h07min	TÉRMINO: 13h24min	PÁGINAS: 92

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM - Presidente do grupo Bellini Cultural

SUMÁRIO

Tomada de depoimento do Sr. Antônio Carlos Bellini Amorim.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.  
Houve intervenções inaudíveis.  
A reunião foi suspensa e reaberta.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da CPI Lei Rouanet, esclarecendo que, por motivos de atendimentos e consultas médicas, o Deputado Alberto Fraga, que é o Presidente desta CPI, solicitou-nos que aqui estivéssemos para, como Vice-Presidente, dirigir esta reunião.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 11ª Reunião. Pergunto aos Srs. e Sras. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata?

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Peço a dispensa, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Izalci.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, está em votação a ata.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Antônio Carlos Bellini Amorim, Presidente do Grupo Bellini Cultural.

Quero convidar o Sr. Antônio Carlos Bellini Amorim a tomar assento à Mesa, por favor. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção de todos senhores e senhoras presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações. Os autores do requerimento disporão de 10 minutos para as suas interpelações. Cada Deputado membro da Comissão terá o prazo de 5 minutos para tecer considerações. Cada Deputado não membro inscrito terá o prazo de 3 minutos para tecer considerações.

Para atender as formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, cujo teor eu solicito ao depoente que faça a leitura neste momento.



Por favor, Sr. Bellini.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado, Sr. Bellini.

Agora, nós passamos a palavra ao Sr. Antônio Carlos Bellini Amorim, por até 20 minutos.

V.Sa. dispõe desse tempo para expor e trazer as suas contribuições naquilo que for possível a esta Comissão, que tem muito interesse na elucidação de todos os fatos que pautam a Lei Rouanet. Nós agradecemos desde já a sua presença. Quero dizer que V.Sa. tem esses 20 minutos para expor tudo aquilo que julgar pertinente e aquilo que possa trazer contribuições a esta CPI. Obrigado.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Senhoras e senhores, bom dia. Obrigado por estarem me dando esta oportunidade de trazer aqui o nosso conhecimento desses 18 anos em que a gente atua na Lei Rouanet e 40 anos em que eu atuo na área de produção editorial e produção de eventos. Vou contar um pouquinho da nossa história. Eu trabalhava num grande banco, na área de eventos e produção editorial, fazíamos os catálogos, os relatórios anuais. Em 1990, eu resolvi sair do banco, por opção, e montamos uma empresa, o escritório de produção de catálogos, de livros corporativos e livros de fotografia. Nesse momento, nesses anos todos, nós fomos desenvolvendo trabalhos e desenvolvendo parcerias com grandes empresas, até que em 1998 ou 1997, quando estava começando a Lei Rouanet, eu resolvi fazer um teste, fazer um livro de fotografia. Eu gosto de cavalos, então falei: "*Vou fazer um livro sobre cavalos*". Aí, nós fizemos o nosso primeiro livro, em 1998, 18 anos atrás, que é o livro *A História do Hipismo Brasileiro*, onde mostramos as esculturas, os troféus, as medalhas e os grandes feitos. Esse livro, inclusive, tem o prefácio da Princesa da Espanha, irmã do Rei Juan, da Espanha, porque ela também gosta de cavalos. Então, ela fez um prefácio aqui. O livro, então, foi lançado em 1998. Aí, demos um hiato. Eu continuei fazendo os meus catálogos sem usar a Lei Rouanet, como até hoje nós trabalhamos sem Lei Rouanet. O nosso foco não é só a Lei Rouanet. E aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Peço à Técnica que aumente um pouco o áudio, por favor. Aumente, por favor.



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Aí, eu tive uma preocupação. Eu pensei que, com a Lei Rouanet, você poderia fazer exposições, fazer teatro, fazer *shows*. Aí, eu comecei a fazer alguns *shows*. Nós criamos um modelo, que é bem uma marca nossa, de *shows* de orquestra sinfônica junto com intérpretes da MPB. Então, nós já fizemos — todos com sinfônica junto — Daniela Mercury, Ed Motta, Toquinho, Ivan Lins. Ganhamos o prêmio Grammy com João Carlos Martins e Chitãozinho e Xororó. Ganhamos agora, esta semana, um prêmio Grammy por um *show* do Renato Teixeira com orquestra sinfônica e Almir Sater. Então, a gente tinha empreendido esse tipo de *shows*, que eram feitos sem cobrança de ingressos. Muitos deles, feitos ao ar livre. Paralelo a isso, há uma preocupação que eu tenho — eu tenho quatro filhos —, eu achava que a gente tinha que educar as crianças para a preservação da água. Isso há 14 anos. Olha o que nós vivemos ao longo desse período, com as crises hídricas! Aí, fizemos uma parceria com a Escola do Futuro, da USP, que fez um conteúdo do que se falar para as crianças. Chamamos profissionais egressos do *Rá Tim Bum*. Eles nos ajudaram a criar um texto, um roteiro que fosse dirigido a crianças. Como transformar uma linguagem técnica, por exemplo, a USP, a Escola do Futuro falava: “*Você tem que falar para as crianças que a água doce do planeta é apenas 3%*”. E um personagem falava que, dentro de uma garrafa de um litro, o tanto de água doce que tem no planeta equivale a uma colher de sopa. Eu trouxe aqui um vídeo, de 2 minutos. Seria possível apresentá-lo agora, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sim, dentro do seu tempo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É esse aqui. Nós ficamos 15 dias em cada cidade, durante 14 anos ininterruptos, com duas sessões. A gente atende 4 mil crianças por cidade, a gente estima, porque chegou a ter momentos em que nós tivemos duas tendas, que nós já atendemos mais de 1,5 milhão de crianças, sem cobrar um centavo de ingresso. Nós nunca cobramos ingresso.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Essa é a parte do teatro. É uma tenda que é montada em parques das cidades, do Maranhão ao Rio Grande do



Sul, de Rondonópolis a Bahia. Foram mais de 300 cidades que nós fomos nesses anos.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Vejam que ele oferece um transporte para as crianças. São feitas duas sessões por dia. A gente consegue colocar, por sessão, de 150 a 200 crianças, ou seja, 400 crianças por dia. Em alguns anos, nós tivemos duas tendas, nós atendíamos 800 crianças por dia, em lugares onde não tinha teatro, em cidades minúsculas. Isso vai ao encontro a um princípio que a gente tem de democratização e descentralização da cultura do nosso País. Bom, eu acho que é por aí. Não precisa continuar, já dá para vocês terem uma noção do que é. Bom, aí nós continuamos fazendo os livros e fazendo esse teatro itinerante e *shows* de orquestra sinfônica. O que aconteceu? De 1998 a 2009, nós fizemos 105 projetos. Desses 65 projetos de 1998 até 2009 ou 2010, mais ou menos, nós fizemos 105 projetos. Desses 105 projetos, nesses quase 15 anos, somente 17 projetos tinham sido analisados, em 15 anos, sendo que o art. 22 da Lei Rouanet fala que o Ministério da Cultura tem 6 meses para avaliar um projeto. Ou seja, somente 17 projetos foram avaliados e os 17 foram aprovados. Para vocês terem uma ideia, eu trouxe aqui esse livro, que foi o meu primeiro livro da Lei Rouanet, em 1998. Eu fiz um *print* do *status* desse projeto no Ministério da Cultura. Ele se encontra em análise. Encontra-se em análise. Faz 18 anos que eu entreguei a prestação de contas, e ninguém se manifesta. Nunca se manifestaram. Então, nós continuamos fazendo livros sobre migração de São Paulo... Foram muitos e muitos livros que nós fizemos. Quando ninguém se manifesta, você acha que está fazendo as coisas certas. Se você entrega a prestação de contas e tem 6 meses para ter uma resposta, e ninguém dá, você acha que está fazendo a coisa certa. Quando em 2009... Até então, a gente só tinha um CNPJ. Não existia grupo Bellini Cultural. Aliás, não existe grupo Bellini Cultural. É uma marca fantasia o grupo Bellini Cultural. Em 2009... Era permitido ao produtor cultural mandar quantos projetos ele quisesse para aprovação. Em 2009, limitaram para 20 projetos por CNPJ. Aí eu adquiri outra empresa, que já existia, de produção cultural para que eu pudesse mandar mais projetos, porque eu achava que a nossa demanda de teatro, como vocês viram aí, era para o ano inteiro. São 8, 9 meses por ano, 15 dias em cada cidade, em 14 anos



ininterruptos. Então, a gente precisava mandar mais projetos. Eu adquiri o segundo CNPJ. Em paralelo a isso, minha irmã, que trabalhava com eventos também, com esses *shows*, tinha a empresa dela e um filho meu tinha a empresa dele. Então, nós atuamos como uma cooperativa. Às vezes, eu precisava contratar algum item, eu contratava da empresa da minha irmã. Por isso, falaram grupo Bellini Cultural. Um funcionário, um prestador de serviço em 2013, um prestador de serviço, nós dispensamos, porque ele estava desviando recursos do projeto. Ele jurou um horror para mim. Ele entrou com uma ação trabalhista e, na audiência com o juiz, ele perdeu a ação trabalhista, porque o juiz considerou que, na Lei Rouanet, não é CLT, e sim contrato temporário de trabalho. Quando ele perdeu, ali na hora, falou: “*Você está acabado, Antônio Bellini, eu vou acabar com a sua vida*”. Seis meses depois, eu recebi... Foi feita uma denúncia anônima assinada Luiz Inácio Lula da Silva. E eu vou te falar: só pode ter sido ele, porque eu nunca tive nenhum desafeto nesses anos. Eu sou super “de boa” com as pessoas. E aí nós tivemos esse... Ele fez uma denúncia no Ministério Público. O Ministério Público disparou essa denúncia para a Receita Federal e para o Ministério da Cultura avaliarem os nossos projetos. A Receita Federal virou a gente do avesso 1 ano e tanto e aprovou todas as contas. A nossa contabilidade pela Receita Federal foi toda aprovada, mas o Ministério Público começou... O Ministério da Cultura começou a fazer um pente-fino nos nossos projetos, ou seja, naqueles 105 projetos que eles nunca mexeram, de repente eles mandaram todas as perguntas. Chegaram ao ponto... A gente leva 20 dias para responder a uma diligência. O escritório tem 6 pessoas. Chegaram ao ponto de mandar no dia 23 de dezembro 32 projetos para serem respondidos em 10 dias. Dia 24 de dezembro está todo o mundo saindo de férias, você não tem como responder, mas tem 10 dias para responder.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Dezembro de qual ano, Sr. Bellini?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foi em 2012, 2012. Aí a lupa entrou... Entrou um processo de reprovações com os nossos projetos. Eu trouxe outro exemplo aqui. Vou dar dois exemplos absurdos de reprovações. Eu quis... Quem cria os temas dos livros sou eu. E eu achava que em um dos meus livros eu tinha que homenagear as mulheres brasileiras. Então, nós fizemos um livro chamado *Mulheres do Brasil*, e convidei uma jornalista do Caderno de Cultura do



jornal *O Estado de S.Paulo* para que ela escrevesse sobre dez mulheres. Eu aprovei no Ministério da Cultura um livro com texto em português, texto em português, com dez biografias de mulheres que fossem unanimidade. No meio do processo de produção do livro, a jornalista pediu para falar comigo: “*Antônio, não existem só dez unanimidades. Tem muito mais. Eu me proponho a fazer... Vamos fazer 25 biografias?*”. Tem Zilda Arns, Fernanda Montenegro, Hortência, uma geneticista, grandes nomes de mulheres. Então, eu falei para ela assim: “*Olha, a verba para fazer o texto e a pesquisa desse livro é de 8 mil reais.*” Ela falou: “*Não tem problema. Eu aceito fazer as 25 biografias. Estou empolgada com o livro*”. O patrocinador... A gente, como produtor cultural, tende a agradar o patrocinador, porque é ele que está todos os anos repetindo os patrocínios com a gente. É uma multinacional. Então, eu optei por fazer o livro com o texto não só em português, mas também em inglês, porque a gente tinha lá uma pessoa que poderia fazer a versão em inglês. O Ministério da Cultura teria 6 meses para se manifestar sobre se estaria aprovado ou não o livro. O livro foi feito, estão aqui as homenageadas, as biografias das minhas homenageadas. O livro foi feito. Uns 5 anos depois, eles me chamam aqui em Brasília, no Ministério da Cultura, falando: “*Antônio, o seu livro está reprovado. O seu livro está reprovado. Por quê?*” Isso com essa lupa, porque puseram uma lupa na gente. “*Estava aprovado que você teria que fazer 10 biografias, e você fez 25 biografias, que você iria fazer o livro em português, e você fez o livro em português e em inglês*”. Eu falei: “*Mas eu fiz pela mesma verba. Eu dei um upgrade no livro. O livro ficou muito melhor, o conteúdo dele*”. “*Não, mas não interessa. Está em desacordo com o que foi aprovado. O livro está reprovado.*” Nesse teatro itinerante aí, a gente aprovava em blocos os projetos, em blocos de cinco cidades, em média. Teve uma reprovação. Nós estávamos fazendo o projeto com cidades próximas, porque às vezes a cidade é longe uma da outra, o custo de transporte do caminhão ou do ônibus fica muito caro. Aí nós fizemos cinco cidades e estava tendo um saldo de verba no projeto. Eu falei: “*Gente, se cada cidade atende a 4 mil crianças, são 20 mil crianças, dá para fazer com cidades próximas mais duas cidades. Vamos fazer sete cidades com essa verba que está sobrando, mais duas, ou seja, de 20 mil crianças, nós atendemos 28 mil crianças nessas sete quinzenas*”. Anos depois também — sempre anos depois, eles nunca chamam em 6 meses —, como a lei



rege, eles me chamaram e disseram: “*Você está reprovado, porque você deveria ter ido a cinco cidades, mas foi a sete*”. Eu falei: “*Mas eu atendi de 20 mil a 28 mil crianças*”. “*Não interessa. Está em desacordo.*” Ou seja, foi colocada uma lupa sobre a gente, certo? Isso aconteceu depois dessa denúncia. Enfim, eu quero me deixar à disposição. Nós continuamos fazendo os nossos projetos. Eu tenho certeza de que nós atendemos a milhares e milhares de pessoas nos nossos *shows* ao ar livre. Foi 1 milhão e meio de crianças nesse projeto aqui e foi mais de uma centena de livros que nós fizemos. Eu faço muitos livros sem Lei Rouanet, muitos, biografias de pessoas e tal. Mas, enfim, o que culminou nesse processo que está acontecendo com a gente em São Paulo... Está tocando o meu celular. Eu vou desligar. Bom, eu acho que concluo a minha fala e, ao longo das perguntas, eu tenho algumas ponderações para fazer também, não é? É importante dizer uma coisa: quando um projeto é submetido à aprovação, o parecerista, que é a pessoa... A aprovação de um projeto tem três instâncias pelas vias normais. A primeira instância é a entrega da documentação do projeto, se o projeto está em dia, se o proponente está com os impostos todos pagos. Estando o.k., a gente encaminha o projeto para as mãos de um técnico chamado parecerista. O parecerista vai fazer uma análise de dois pontos. Primeiro, se o valor proposto tem um conteúdo que agrega a cultura nacional, como *Mulheres do Brasil*, história dos imigrantes brasileiros, nós já fizemos sobre as árvores do Brasil, as cores do Brasil, as festas brasileiras. Sobre todas as biorregiões do Brasil, nós já fizemos livros — Pantanal, Amazônia. Fizemos um da costa dos corais agora, fizemos um livro sobre Fernando de Noronha no ano passado. Então, primeiro, o parecerista analisa se o conteúdo é cultural. No segundo momento, ele vai pegar uma planilha da Fundação Getúlio Vargas, uma parceria com o Ministério da Cultura, que tem todos os valores com todos os itens de produção cultural, cenógrafo, iluminador, ator de teatro, produtor gráfico. Tem tudo aqui. Eu trouxe um pedacinho só. Ele vai comparar se o valor que foi proposto por nós no projeto está de acordo com essa planilha aprovada pela Fundação Getúlio Vargas, que é utilizada pelo Ministério da Cultura. Estando o.k., o parecerista passa para a terceira fase. Ele encaminha para a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, que é composta de 21 membros, pessoas notáveis da cultura, maestros, artistas plásticos, diretores de teatro. Em cada reunião da chamada CNIC —



Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, uma vez por mês, são distribuídos 400 projetos para essas 21 pessoas da CNIC, ou seja, é aleatório, você não sabe do projeto que você mandou o documento, você não sabe quem foi o parecerista que analisou e você não sabe na mão de qual dessas 21 pessoas está o seu projeto. Nesse momento, vai ter a reunião. Em uma sala como esta fica todo o mundo, aparece o projeto, a votação. Nesse momento, é votado pelas 21 pessoas se esse projeto pode receber os benefícios da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura. Então, a parte de corrupção de funcionário público, acho muito difícil, nessas instâncias normais. Acho que, logicamente, influências políticas deve haver, como aconteceu essa da Bahia agora, que pediram para mudar um item do IPHAN... Geddel Vieira Lima pediu para mudar um item do IPHAN que estava aprovado. Era um prédio de 13 andares e ele queria que subisse para 30 andares. Então, por lá pode ser que aconteça, mas pelas bases, por onde a gente atuou nesses 20 anos, 18 anos, eu duvido que aconteça, porque a gente conhece as pessoas, são várias as instâncias e são muitas as pessoas para aprovar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O.k.

Agradecemos, neste primeiro momento, ao Sr. Antônio Carlos Bellini.

Passaremos agora a inquirir o depoente. Concedo inicialmente a palavra ao Relator, o Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eu tinha solicitado ao Relator para usar da palavra, porque a sessão solene que ocorrerá daqui a pouco é de minha autoria.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Perfeitamente, Sr. Presidente, vamos ouvir o autor do requerimento. Na sequência, eu formulo as minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Passo a palavra, então, ao Deputado Izalci Lucas, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Como autor do requerimento, eu queria pedir a V.Exa. que some ao meu prazo o tempo de Liderança, porque, se for necessário, eu dele farei uso, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sim, somam-se os dois tempos: 17 minutos.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sr. Presidente, já está bastante claro para mim que a investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito deve se circunscrever a três diferentes dimensões de relacionamento que foram mantidas por produtores culturais que, por meios ilícitos, captaram recursos públicos por intermédio da Lei Rouanet nos últimos 15 anos.

Uma dessas dimensões está afeta justamente ao grau de permissividade do sistema de controle do Ministério da Cultura. Acho que está claro para nós que não havia nenhum controle com relação a aprovar os projetos culturais e respectivas prestações de contas.

Pelos números que já apresentei em audiências anteriores, fica muito claro que o Ministério da Cultura não dispõe de mecanismos necessários para evitar a ocorrência de fraudes como as detectadas na Operação Boca Livre.

Pois bem, nesse caso, a CPI deve fazer um diagnóstico preciso das fragilidades existentes, apurar as responsabilidades e propor melhorias na legislação e nos mecanismos de controle da gestão existentes.

Outra dimensão que deve merecer a atenção desta Comissão é aquela que cuida do relacionamento entre produtores culturais e fornecedores. Ora, está muito claro que o esquema dependia da existência de mecanismos que conferissem aparência de legalidade às maracutaias realizadas: notas fiscais frias, prestações fictícias de serviço, superfaturamentos, como foi dito aqui pelas depoentes inclusive pela contadora, recibos falsos etc. São artimanhas mais do que conhecidas, que certamente estiveram presentes nesse esquema da Lei Rouanet. Nesse caso, por exemplo, a CPI deve buscar identificar tais procedimentos escusos e solicitar a punição dos envolvidos.

A terceira dimensão de que a CPI deve cuidar é justamente a que envolve o “acerto” — entre aspas — entre produtores culturais e empresas patrocinadoras, pois, como já se sabe, houve casos em que o patrocínio esteve condicionado a uma contrapartida ilícita, porque muitas vezes beneficiava única e exclusivamente a empresa patrocinadora.

Sr. Presidente, sem desmerecer as duas primeiras dimensões, eu gostaria de aproveitar a vinda a esta Comissão do Sr. Carlos Antônio Bellini Amorim para indagá-lo a respeito da terceira dimensão, ou seja, acerca dos ajustes espúrios que



permitiram o financiamento de todo o esquema de desvio de recurso público por tanto tempo, afinal de contas foram 15 anos, sendo necessária uma denúncia anônima para que o caso viesse a ser investigado de forma apropriada.

Mas, antes de passar às indagações propriamente ditas, Sr. Presidente, eu vou passar às mãos de V.Exa. uma relação completa de empresas patrocinadoras, e são muitas, que financiaram os projetos culturais do grupo Bellini Cultural, para que sejam oficializadas a dar os esclarecimentos necessários sobre os aportes de recursos realizados, sob pena de convocação. Ao invés de convocarmos todas, pediremos que elas esclareçam isso. E, dependendo da resposta, nós convocaremos cada uma das empresas.

Eu vou comentar, porque aqui a pergunta é mesma, o Ministério Público... Sr. Carlos Bellini, eu fiz um levantamento dos casos em que as empresas integrantes do grupo Bellini Cultural ou associadas conseguiram aprovar e efetivamente captar recursos da Lei Rouanet. Resumidamente, catorze empresas ou pessoas físicas ligadas ao grupo Bellini Cultural aprovaram e efetivamente captaram recursos em 169 projetos culturais. O montante de capital foi da ordem de 94.764.303 milhões, e 174 empresas patrocinadoras aportaram recursos nesses projetos. O Ministério Público já conseguiu materializar, de forma consistente, fraudes em 34 projetos. E são sobre esses 34 que eu vou comentar rapidamente e depois eu vou fazer as perguntas.

Eu vou passar para V.Sa. explicar cada um deles. A pergunta é a mesma. Caso 1, solo de violão Toquinho. Solução cultural, construir projetos culturais limitados à empresa Concórdia S.A. O Ministério Público disse que a empresa Concórdia, uma das patrocinadoras do projeto, realizou um *show* do João Bosco para 60 convidados no Baretto, em São Paulo, em 1º de outubro de 2008.

Outro caso, instrumento itinerante, solução cultural. O Ministério Público disse também que o Banco Bradesco, um dos patrocinadores do projeto, realizou um *show* do Roberto Carlos no Clube Primavera, em comemoração aos 108 anos do clube, em 6 de setembro de 200, para mil convidados do Bradesco e para os sócios do Esporte Clube Pinheiros. Segundo o Ministério Público, o Esporte Clube Pinheiros, apesar de não ter sido patrocinador do evento, foi o maior e principal beneficiário.



Ademais, a empresa Fertilizantes Fosfatados S/A, outra patrocinadora do projeto, realizou também um *show* com Sérgio Reis, Família Lima e orquestra Júlio Medaglia para mil convidados no dia 29 de maio de 2008. E o HSBC Bank Brasil S/A de São Paulo realizou um *show* do Renato Teixeira e orquestra de Júlio Medaglia para mil convidados no dia 23 de outubro.

Caso 3, do Ministério Público, é com relação a Volvo do Brasil Veículos, uma das patrocinadoras também, que realizou um *show* da Maria Rita no teatro da FIERGS, no Rio Grande do Sul, para 1.500 convidados em 20 de novembro.

Caso 4, a Termotécnica São Paulo patrocinou uma confraternização dia 27 de novembro na Estância Alto da Serra, em São Bernardo do Campo, para 5 mil convidados.

O Banco Pine S.A, segundo o Ministério Público também, foi patrocinador de um projeto que realizou uma festa de confraternização do banco com coquetel, em 11 de dezembro de 2009, para 250 convidados na Casa Fasano.

A Fertilizantes Fosfatados S.A, Fosfertil, que é nome de fantasia, também realizou *show* do Renato Teixeira, em 2009, para 500 a 2 mil convidados em Minas Gerais, Paraná, Goiás e São Paulo.

Houve o caso da Rassini Auto Peças, que também realizou um *show* da Família Lima, em junho 2012, no Colégio Santa Cruz.

A Akzo Nobel, patrocinadora também, realizou um *show* com Lulu Santos no Credicard Hall para um público de 2.200 pessoas.

A Têxtil Canatiba, a Prysmian — energia, cabo e sistema —, também: orquestra numa sala para 1.200 convidados. Fertilizantes Fosfertil em Araxá, Catalão... Indústria Gráfica Foroni, patrocinou a realização de um *show* de Jota Quest no Alto da Serra, comemorando os 85 anos. A Givaldan do Brasil Ltda. também é a mesma coisa.

Então, são todos nessa linha. São eventos fechados muitas vezes para um público limitado. Praticamente são todos. São 34 casos identificados e denunciados pelo Ministério Público. Eu vou passar os 34 casos, para não ficar lendo-os aqui. São todos eles nessa linha. O comentário provavelmente vai ser o mesmo.

Eu gostaria de perguntar a V.Sa. como foi feito esse ajuste com cada uma das empresas, que são 34 casos. Houve outros ajustes ilícitos com as demais



patrocinadoras do projeto? Gostaria que V.Sa. comentasse bem sobre essa questão desses patrocinadores. Como era feito isso? Que proposta... Porque nós temos aqui um mapa do esquema, vamos dizer assim. Há aqui várias empresas de propriedade de V.Sa., seu filho e irmã, como V.Sa. já falou, que tinham prestadoras de serviços, captadoras de projetos. Através de informações de quais empresas pagavam impostos e poderiam entrar na Lei Rouanet, provavelmente havia um grupo... Não, há aqui um grupo que fazia a captação desses recursos.

Então, essa relação com as empresas... Eu sei que não era V.Sa. que negociava diretamente, porque existiam os captadores, os facilitadores, os prestadores de serviço. Eu gostaria que V.Sa. dissecasse um pouco como eram feitas essas negociações.

E para completar, como esteve conosco aqui também a contadora, que deixou muito claro aqui — e é verdade, nós já apuramos isso — que V.Sa., com razão, porque, quando temos um cliente, nós normalmente preservamos o cliente... Aqui tem uma gráfica que foi tradicionalmente usada quase que em todos os projetos. Ficou claro aqui, pela contadora, que havia realmente um superfaturamento no valor das notas. As notas eram superfaturadas.

Eu conversei também com alguns empresários que vieram aqui. Eu já estava inclusive convocando-os, mas eles estiveram comigo aqui. Eu até pedi para retirar o requerimento de um deles. Mas agora eu estou pedindo à Comissão que notifique todas as empresas, para que nós possamos analisar a justificativa de cada uma. Muitas das que conversaram comigo disseram que foram enganadas, inclusive algumas estão até processando a empresa de V.Sa., por exemplo, com relação aos livros. Havia prometido uma quantidade “x” e era rodada uma quantidade “y”. Não era atendido o que tinha sido prometido.

Eu cite aqui também diversos projetos que eram feitos para uma determinada coisa... Eles eram bem definidos. Eu vi inclusive um *folder* da empresa de V.Sa. Ele foi bem feito, como foi feito aqui o filme. Então, o projeto era apresentado de uma forma para o patrocinador, e a execução era feita de outra forma. Inclusive isso deu motivo àquela manchete em todos os jornais, que foi divulgada nos meios de comunicação, relacionada ao casamento do filho de V.Sa., não é?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.



**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - À empresa que patrocinou, pelo menos pelo que foi divulgado, foi apresentado um projeto. Foram prestadas contas desse projeto como se tivesse sido outra coisa, como se fossem, por exemplo, as orquestras. E, na prática, utilizava os recursos para esse tipo de coisa, como foi divulgado.

Eu gostaria que V.Sa. também comentasse como eram feitos esses projetos, a execução e a prestação de contas. V.Sa. já antecipou. Mas eu vejo assim: 15 anos com tanto problema, porque são muitos, e ninguém detectou nada? Eu sou contador. Eu sou auditor. Eu já fiz muita auditoria não nos processos da Lei Rouanet, mas em outros processos como o Segundo Tempo, por exemplo, em que existiam empresas realmente fantasmas ou paralisadas, mas que tinham blocos de nota e continuavam emitindo notas para o Brasil todo no mesmo programa na prestação de contas.

Gostaria de lembrar a V.Sa. que nós estamos apurando. Estamos aguardando o inquérito da Justiça e da Polícia Federal, que parece que não chegou ainda, para nós vermos os comprovantes. Eu não tive acesso ainda às prestações de contas, para verificar se as notas fiscais são de empresas que estão operando normalmente, porque havia muita sequência inclusive de números na prestação. Por incrível que pareça, parece que a empresa foi criada para aquilo. Então, emitia nota sequencial em vários projetos.

Eu gostaria que V.Sa. pudesse nos explicar, assim... Eu até parablenizo V.Sa. por estar aqui sem nenhuma proteção judicial, disposto inclusive a colaborar com a CPI. Então, para o bem do Brasil... Eu tenho visto muitas... Eu participei da CPI da PETROBRAS, do CARF. Estamos agora na CPI da Lei Rouanet. Eu componho a Comissão de Fiscalização e Controle. Participei da CMO nos últimos 2 anos. É muita coisa. Aliás, eu não vi nada ainda feito pelo Governo que não tivesse, assim, muitos indícios e algumas provas mesmo de irregularidades.

Nós estamos passando o Brasil a limpo. V.Sa. está acompanhando. Nós estamos aprovando aí... Espero que nós possamos votar não hoje, porque não dá para votar uma coisa apressadamente, como está aí. Mas gostaria que nós pudéssemos aprovar realmente, para valorizar os meios de fiscalização.



Eu, inclusive, estou indo agora para uma sessão solene em homenagem às empresas de contabilidade e auditoria. E é o que falta na contabilidade pública. Há maior exigência, maior rigor nas empresas privadas, principalmente naquelas que têm ações na bolsa. E, com relação ao Governo, não há controle nenhum, não há auditoria nenhuma. A contabilidade ainda está no século XIX. Portanto, o Brasil precisa realmente da colaboração de V.Sa.

Eu tenho certeza de que esta Comissão está dando oportunidade para V.Sa. abrir o coração realmente. Isso aqui vai pesar realmente no processo. Então, em tudo aquilo que V.Sa. puder contribuir, eu tenho certeza que não só o Brasil, mas a também Justiça brasileira, vai lhe agradecer muito. E nós aqui também, que queremos — não é, Sr. Presidente? — aperfeiçoar o processo, aperfeiçoar a lei, porque todos nós aqui defendemos a cultura e temos de valorizar os artistas e tal, mas de forma correta, sem desvio de recursos.

Então, eu passarei a palavra para V.Sa. para responder sobre essas 34 empresas. Mas é evidente que a resposta não precisa ser empresa por empresa, porque o procedimento é o mesmo. Aquelas, sim, em que tiverem, em que V.Sa. puder identificar *“Esse aqui foi feito assim, foi captado dessa forma, pediu”*, porque tem empresa... Eu sei que... *“Olha, eu só faço se for dessa forma.”*

**O Sr. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Todas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Pois é. Então, eu quero que V.Sa., assim, abra o coração para nós.

Obrigado. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Deputado Izalci, antes da resposta, eu quero só esclarecer a pergunta de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eu quero só 1 minuto para fazer um contraponto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Está bem.

Eu quero só esclarecer a V.Exa. que o Presidente Fraga já solicitou o inquérito, como é do conhecimento de todos nós. A delegada solicitou a presença de um membro da CPI. Então, ele solicitou o Deputado Vinicius, que estará segunda-feira em São Paulo, trazendo para esta CPI todo o requerimento.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Antônio Carlos Bellini, para dar as respostas.



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Bom, foram várias perguntas numa só. Não consigo lembrar todas, não é?

Primeiro, eu vou falar do casamento. O casamento do meu filho foi pago pela família da noiva. Foram apresentadas no processo em São Paulo todas as notas fiscais, contratos autenticados com firma reconhecida. Aliás, vocês não sabem... Eu acho que muitos de vocês já são casados ou têm filhos que casaram e têm filhas que casaram. Foi anunciado pela mídia um casamento de mil pessoas, que tinham 120 pessoas. A mídia anunciou um casamento de 1 milhão, em que a noiva gastou pouco mais de 100 mil reais. A mídia anunciou que eu paguei hotel e avião para mil pessoas, mas a agência de turismo entregou o borderô, em que cada uma das pessoas — muitas já eram dali de Santa Catarina — pagou o seu hotel e sua passagem de avião. A mídia anunciou que foi feito em um *resort*, mas foi num casamento. Essa praia de charme é onde eles se conheceram, onde ela estudava arquitetura e eles conviveram lá por 5 anos. Então, é o estrago que a mídia faz numa família, anunciando esse monte de mentiras.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - V.Sa. está processando essa revista?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ainda não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ainda não?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ainda não, porém há diferenças nos números. Vocês não sabem o estrago moral e psicológico que se faz na vida de qualquer pessoa, num dos momentos mais importantes, como um casamento. Foi o que fizeram, chamando de boca livre. Não teve boca livre nenhuma. Quando a pessoa é um captador de patrocínio... No caso, meu filho foi captador de patrocínio de um projeto cultural. Ele tinha um crédito para receber, tinha uma comissão de um projeto cultural. Ele recebeu o crédito de uma comissão, em que ele foi o captador, e pagou 17 mil reais para a banda. O restante, todos os valores do casamento foram pagos pela noiva. O pai da noiva faleceu e deixou uma herança. Foi ela que pagou essa conta do casamento. Todos esses documentos foram entregues lá no processo. Sobre a gráfica, negócio de superfaturamento, como eu falei, a Lei Rouanet não utiliza a Lei de Licitações nº 8.666. Como eu falei no início, o parecerista, com base nos parâmetros da tabela da Fundação Getúlio Vargas... Se está aprovado que uma gráfica tem uma verba de 60 mil reais para



imprimir um livro — a gente pode imprimir, com 60 mil reais, um livro de muita qualidade, com capa dura, papel *couché* e tal —, aprovado pelo Ministério da Cultura, publicado no Diário Oficial, que eu posso, por exemplo, gastar 60 mil na gráfica, por que eu vou fazer um livro inferior em qualidade por 40 mil? A sua gravata, por exemplo, Deputado, deve custar 500 reais, mas a minha gravata custou 100 reais. Por que eu não faria um livro ou compraria uma gravata com qualidade?

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Quando se pede um orçamento, pede-se nas mesmas condições. Cada um dá um preço. Se pedir capa dura para todos, todos vão dar o orçamento de capa dura.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Exatamente. E outra coisa também: tem uma informação completamente errada. Nesses 15 anos, eu já fiz dezenas de livros com a Lei Rouanet, mas, somados os livros que eu fiz na minha vida, sem Lei Rouanet, chega próximo a 300 livros. Certo? Eu trabalhei com mais de 20 gráficas, acho que 30 gráficas. Aconteceu que, no período da investigação, aquela determinada gráfica, cujo nome eu não sei, porque fiquei afastado os últimos 2 anos da empresa, mas aquela determinada a gráfica, naquele momento, estava oferecendo o melhor custo-benefício para a conclusão de um projeto editorial. Então, com a aprovação da verba do Ministério, nós temos o poder de escolher se aquele custo-benefício está dentro da verba, a gráfica produziu o livro, a gráfica entregou os livros. Então, não existiu superfaturamento.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - O senhor já foi captador também de...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sempre.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Como é, então, essa relação?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A captação de patrocínio é um negócio que leva 1 ano. Hoje, de cada 100 projetos aprovados buscando patrocínio... Se eu não me engano, são 19 mil projetos que estão no Brasil buscando patrocínio. A Lei Rouanet utiliza 4% do Imposto de Renda, que é a tributação do lucro, ou seja, a Lei Rouanet está um caos, porque as empresas não estão tendo lucro, não estão pagando Imposto de Renda, não estão tendo os 4% para fazer a verba da Lei Rouanet. Aliado a isso, o fato de a PETROBRAS estar em prejuízo, ela representava 30% da verba de Lei Rouanet do País. Ela não tem a verba. Então, de cada 100 projetos buscando patrocínio, coisa de 22, 23 só conseguem o patrocínio.



Nessa condição, os patrocinadores se colocam por cima, eles recebem centenas de projetos. Há um comitê, que vai escolher aquele projeto que vai dar mais visibilidade. Hoje, uma empresa entende que a verba de Lei Rouanet é de *marketing* deles, é uma verba de propaganda. Quanto mais visibilidade, maior. Já aconteceu de eu montar um *show* ao ar livre, o patrocinador patrocinou a montagem do palco, do cartista para 20, 30 mil pessoas, mas, de repente o patrocinador, lá atrás de onde vão ficar as pessoas assistindo, monta uma tenda. Aí é por conta dela, mas ela monta uma tenda com garçons, ela aproveita carona num projeto que está sendo... O projeto, na realidade, está sendo realizado. Lá tem 30 mil pessoas na frente do palco no Parque Ibirapuera assistindo o *show*, mas lá atrás tem uma tenda superbonita, ou seja, o patrocinador se aproveita dessa situação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Eu citei alguns casos. São 34 os que eu citei que não são essa situação, são casos que foram feitos com pouca gente, com 200, 100 pessoas, fechado, da empresa. Eu queria ver se, nessa negociação com a empresa, alguém já pediu recurso para V.Sa.?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Ou para algum captador?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu vou falar o seguinte...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Captador ofereceu alguma coisa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Se você olhar essa relação das empresas que nos patrocinaram ao longo desses anos, são as maiores empresas do País nos seus respectivos segmentos. São empresas alemãs, empresas...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - V.Sa. está sendo processado por algumas empresas com relação a isso, pelo menos é a informação que eu tenho de empresas, inclusive uma que eu citei aqui é o caso do livro do Porchat, que emitiu a nota, mas não fazia o livro. V.Sa. teve uma relação com ele?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Como era essa questão de entrega dos livros. Mandava fazer 3 mil e só entregava 1.500?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Emitia uma nota de...



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Deixe-me eu explicar uma coisa: do valor de um livro, somente 20% é o valor da impressão. Ou seja, se eu percorri, até chegar à conclusão de um trabalho, 80% do custo dele, porque que eu vou deixar os 20% e fazer uma impressão menor? O Fábio Porchat... Eu faço parte da Academia Latino-Americana de Arte, que, pelas cidades da América Latina, faz uma integração de artistas plásticos, e tem exposições, como no Forte de Copacabana, no Jockey de São Paulo e tal. Como parte da produção dos livros, nós temos que fazer uma distribuição desses livros. Nós distribuimos para a Academia Latino-Americana de Arte. Há fotografias de todos os eventos, dos livros sendo distribuídos. No nosso processo, nós estamos ainda na condição de investigados. O processo não chegou até nós. No momento que chegar, num caso desse da Academia Latino-Americana de Arte, eu vou juntar as fotos do...

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Mas o caso é que a empresa... Só para concluir, Presidente. Tem uma empresa que era para receber 3 mil livros, mas só recebeu 1.500. Inclusive, ela devolveu o recurso para a Receita Federal e está processando V.Exa., que não cumpriu exatamente o que estava no projeto. Há vários. Eu citei aqui umas quinze, na primeira audiência, grandes empresas, em que o projeto foi feito de uma forma e a execução foi feita completamente diferente, como, por exemplo, uma determinada quantidade de livros. Depois tem a orquestra sinfônica ou outras coisas. Quer dizer, a execução não confere com o projeto apresentado. Era isso o que eu queria que V.Exa. respondesse.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Quando nós encaminhamos um projeto, por exemplo, da impressão de um livro, o Ministério da Cultura aprova a impressão de 3 mil livros de uma determinada edição. Os livros não podem ser entregues na totalidade para o patrocinador, porque existe uma planilha de exigências de distribuição. Então, o que é entregue ao patrocinador é o que lhe cabe e não o que está aprovado. Então, o patrocinador, muitas vezes, confunde: *“Ah, estão aprovados 3 mil livros; eu quero 3 mil livros”*. Não é. Há uma relação lá de 800 bibliotecas. Os livros têm o objetivo de democratizar o produto cultural. Você tem as bibliotecas para as quais você tem que distribuir. Tem entidades que nós distribuimos. O patrocinador, muitas vezes, fala: *“Não, espera aí. Está errado esse*



*negócio aí, porque eu vi que no projeto estão aprovados 3 mil livros; eu quero 3 mil livros — não, não, o senhor vai receber o que lhe cabe”. É isso.*

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sr. Presidente, agradeço ao Relator e a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado, nobre Deputado Izalci.

Com a palavra agora o nobre Relator desta CPI, Deputado Domingos Sávio.  
(Pausa.)

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Posso concluir?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sim. Deputado Izalci, ele quer concluir.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Só concluir uma coisa. Eu desconheço algum processo contra nós de patrocinadores. Não chegou a nós nenhum processo de patrocinador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O.k.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Obrigado, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Bellini, num dado momento, o senhor, respondendo ao Deputado Izalci, fazendo referência ao processo de aprovação de um projeto no Ministério, fez a seguinte referência: pelas vias normais, são três etapas — uma análise das condições que são requeridas do ponto de vista de impostos pagos, documentos, a análise do parecerista e a análise do CNIC. Então, o senhor repetiu até por mais de uma vez pelas vias normais. Quais seriam as outras vias? O senhor tem...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Tenho, lógico! As vias anormais são lá por cima. Quando uma fundação de arte, que tem uma dívida de 15 milhões de reais com o Ministério da Cultura, cujo projeto foi reprovado, mas, de repente, aparece um acordo, no caso a Fundação Bienal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Fundação Bienal.



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ela devia 15 milhões de reais, numa reprovação ou num... Eu não vou falar exatamente o número, mas era um número alto. Aí foi aprovada uma negociação.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Mas devia a quem? Eu não entendi.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu vou perguntar, Deputada.

A Fundação Bial tinha um projeto aprovado da ordem de 15 milhões. Isso estava pendente? O senhor consegue me descrever um pouquinho melhor, só para eu entender. Eu acho que é uma contribuição importante para a gente saber como funciona.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A Fundação Bial tinha um projeto aprovado para a realização da Bial de São Paulo. É um dos maiores eventos de arte do mundo. Acho que é o segundo depois da Bial de Veneza. Então, ela tem aprovado lá a verba para a captação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Captou aquele recurso.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Captou o recurso e, na hora da prestação de contas,...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não conseguiu demonstrar.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não demonstrou, não foi aprovado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ficou com uma dívida de prestação de contas, vamos chamar assim.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Uma pendência.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ficou com uma pendência.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E de repente houve um acordo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - De repente, um acordo, lá por cima, e apareceu uma negociação dessa dívida. Eu poderia aproveitar...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Claro! O senhor fique inteiramente à vontade. Eu só relembro que esse aspecto é muito importante numa CPI. O senhor está aqui como depoente e tem que ter essa liberdade, porque isso, de alguma forma, contribui para a gente ter uma visão mais ampla. Eu não quero



discutir só o casamento ou a gráfica. Eu quero que o senhor diga tudo que o senhor conhece, porque isso nos ajuda e ajuda o senhor também, para que a gente não tenha uma visão equivocada das coisas. Então, fique à vontade.

**O SR. DEPUTADO IZALCI LUCAS** - Sr. Presidente, só uma questão antes de eu sair. V.Exa. anunciou que vai pegar a cópia do processo lá, mas a própria CGU e o Ministério Público foram solicitados, no dia 6 de outubro, dando 5 dias, mas até hoje não chegou nada da CGU nem do Ministério Público. Então, tem que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Vou passar isso ao Presidente Alberto Fraga, para que sejam céleres todos esses trâmites e todas essas informações à CPI.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, voltando, Sr. Bellini a essa situação de outras vias, que não é a normal à que o senhor fazia. Continue o raciocínio, não só deste caso da Bienal, mas sobre alguma outra coisa em que o senhor possa nos ajudar.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não vou lembrar de todos, porque eu me atinha muito à parte da criação dos projetos. O meu lado é o lado artista dessa produção cultural. Eu vou citar novamente o exemplo do Geddel Vieira Lima, em que ele queria que o prédio de 13 andares virasse 30 andares, e a coisa foi conversada lá em cima. Um Ministro idôneo, o Marcelo, pediu demissão. Eu acredito que em outras situações aconteciam aprovações de pedidos lá por cima. Mas, pelas vias normais, eu tenho certeza que isso não acontece, Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nesse caso da Bienal, o senhor teve conhecimento de que ocorreu uma negociação para sanar essa pendência de 15 milhões?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Isso aí foi noticiado. Na época, a Ministra era a Marta Suplicy.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor chegou a saber algum detalhe dessa negociação?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não! Eu vi pelo noticiário, mas foi negociado.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor soube de alguma outra coisa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu lembrei o que eu queria falar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Quando teve essa denúncia, essa enxurrada de reprovações nos meus projetos, eu não estava entendendo por que estava acontecendo aquilo. Se em 15 anos olharam só dezessete projetos, aprovaram todos e não olharam os outros, como é que, de repente, vem aquela enxurrada de reprovações? Eu pedi uma reunião no Ministério da Cultura com o Secretário-Geral.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor se lembra do nome desse Secretário?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não lembro. Numa segunda vez...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso em que período?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Isso foi em 2012/2013. Numa segunda vez, eu consegui uma reunião — todas elas eram agendadas oficialmente pelo *site* do Ministério da Cultura —, com o Ministro Juca Ferreira. Estavam presentes várias pessoas. Naquele momento, eu propus para o Ministro um plano de ajuste de condutas, falando: *“Ministro, estão ocorrendo essas reprovações, que nunca ocorreram. Eu queria que vocês levantassem o que está faltando, o que eu devo concluir nos projetos, porque eu me proponho a realizar e deixar tudo esclarecido”*. Por exemplo: faltou atender crianças; das 20 mil crianças, você atendeu só 18 mil; o projeto foi reprovado. Está bom, então eu me proponho a atender as 2 mil crianças que estão faltando. Era um Plano de Ajuste de Conduta. Fizemos a reunião, eles ficaram de olhar e não olharam. Por uma terceira vez, também por agendamento oficial... Ou seja, eu fui três vezes ao Ministério da Cultura para *falar*. *“Está havendo problema? Eu quero resolver. Eu quero atender. Eu não quero deixar pendência”*. Eu vivo disso. A minha família vive disso. Eu sou apaixonado por produção cultural. Desde os 17 anos eu trabalho com isso. Eu tenho



57 anos. Faz 40 anos. Eu falei: “*Eu quero resolver*”, mas não me atenderam e, de repente, veio essa enxurrada, esse problema.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Com o Ministro Juca o senhor se reuniu uma vez só ou mais vezes?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Só uma vez, em reunião agendada, não só com ele, mas com várias pessoas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Antes, com algum outro Ministro, o senhor teve alguma reunião?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não! Eu tive, sim! Há uns 15 anos, eu fiz uma biografia do Marechal Rondon. O Ministro Gilberto Gil me chamou para elogiar, porque aquele foi um dos melhores livros que ele já tinha visto na história dos livros da Lei Rouanet. E normalmente...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Um livro sobre o Marechal Rondon?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Uma biografia do Marechal Rondon.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Ministro Gil o chamou ao Ministério? O senhor foi ao Ministério?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu fui ao Ministério. Sempre que eu faço um livro, eu mando para o gabinete do Ministro dois livros para que eles conheçam o nosso trabalho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** – Então, o senhor foi lá a convite do Ministro Gil?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não! Não foi! A cada 6 meses eu fazia uma visita ao Ministério para ver as nossas contas. Eu passei ali na antessala dele e falei “*Vim trazer dois livros aqui para o Ministro ver o meu trabalho*”. No dia seguinte me ligaram, falando que ele pediu mais 20 livros, porque ele queria distribuir no Ministério para que servisse de exemplo de como se fazer um livro de arte.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nessa oportunidade o senhor esteve com ele?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, estive com ele. Ele me cumprimentou. Só isso.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não se tratou de nenhum outro assunto?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não! Foi só isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Dentro do Ministério, portanto, a relação do senhor mais próxima era com quem?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Com ninguém.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor não acabou de dizer que ia lá de 6 em 6 meses?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Nós íamos tomar posição de como estavam os nossos projetos. Até 2009...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor não tinha alguém que o atendia?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, não tinha. Deixe-me explicar: até 2009, toda a comunicação com o Ministério era por escrito, pelo correio. Você ligava, mas, nos telefones, ninguém te atendia. Certo? Como tem empresas em Brasília que eu buscava patrocínio, eu aproveitava a minha vinda ao Ministério para tomar posição de projetos. Por exemplo, se eu tenho um projeto que vai para a CNIC, eu quero saber em que posição está, qual o *status*. Hoje se aprova um projeto eletrônico, via digital, em 90 dias. Até 2009, às vezes, levava 1 ano para se aprovar um projeto. Às vezes, um patrocinador queria fazer um livro de meio ambiente, para distribuir em escola, sobre a Semana do Meio Ambiente, só que o projeto era aprovado 6 meses depois da Semana do Meio Ambiente e perdia o efeito. Então, nós íamos pedir informações.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor ia aonde no Ministério?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Tinha lá, até 2009, um balcão de informações.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Num balcão de informações?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Tinha um balcão de informações, com pessoas que atendiam aos proponentes culturais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não havia, portanto, nenhuma pessoa em especial?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Durante esse período... O senhor já nos relatou que há 18 anos trabalha com a Lei Rouanet. E até mais, desde o início...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Desde 1998. Primeiro, foi um livro de hipismo. Depois eu só retomei em 2002.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Bem, há 18 anos o senhor trabalha com a Lei Rouanet. Nesse período, a sua empresa Bellini, o senhor próprio ou alguém que trabalha com o senhor foi inabilitado pelo Ministério? Antes da Operação Boca Livre, antes desse problema, que inclusive levou o senhor a procurar o Ministro Juca, como o senhor descreveu... Ele próprio também relatou isso aqui: que ele o recebeu rapidamente, com mais algumas pessoas, mas não prosperou, porque ele entendia que não era apropriado, porque já estava no alcance da Justiça. Antes disso, o senhor foi inabilitado formalmente pelo Ministério?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Em 2012, foi feita uma denúncia anônima. Naquele momento, o Ministério inabilitou as minhas empresas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Todas?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não tinha todas. *(Pausa.)*

Em 2012, quando teve uma denúncia anônima com a gente...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2012? O senhor tem precisão dessa data?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Acho que em junho de 2012.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não seria 2011?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Pode ser. Entre 2011 e 2012 então, quando foi feita uma denúncia. Só para pegar o fio da meada, pode repetir, então?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A minha pergunta é se o senhor, enquanto pessoa física, ou a empresa de sua propriedade, ou a de sua irmã, ou a de seu filho foi inabilitada, se o senhor tem o documento dessa inabilitação ou lembrança disso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. A partir do momento que teve a denúncia, a Receita Federal fez a auditoria e deu tudo o.k., mas o Ministério da Cultura resolveu inabilitar as minhas duas empresas. Esse negócio de



Grupo Bellini Cultural não existe. Eu tinha dois CNPJs. Aí nós passamos a fazer projetos culturais com a empresa da minha irmã e do meu filho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor continuou tendo contatos com o Ministério. A sua pessoa não foi individualmente advertida ou chamada a dar qualquer explicação?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foi inabilitada. Eles bloqueiam as contas e começou-se a reprovação dos projetos. A partir de 2009, 2010, quando virou digital, a SALIC Web, eu nunca mais tive contato com o Ministério da Cultura. Eu não tive contato absolutamente nenhum porque a minha área na empresa é a parte de criação dos projetos. Então, com essa parte de aprovação, de prestação de contas, eu não tinha contato. Mas, via SALIC Web, como todo mundo no Brasil, nós continuamos mantendo... Esclarecendo dúvidas...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A partir do momento em que houve essa inabilitação, o senhor passou a trabalhar com a empresa da sua irmã e do seu filho, mas também se associou a outras pessoas. O senhor, naturalmente, conhece a senhora Kátia dos Santos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. É contadora.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E o senhor a contratou?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Como contadora.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Como contadora? Então, o senhor a considera uma boa profissional?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela foi contratada justamente por ter conhecimento também nessa área de cultura? Seria isso, para se associar?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Na época da inabilitação das minhas duas empresas, nós já estávamos atuando na produção cultural há 15 anos. Centenas de pessoas prestavam serviços para esses nossos projetos: livros, *shows*, teatro itinerante das crianças. Nesse momento, elas se viram desamparadas, falando: *“O que a gente vai continuar a fazer? Como nós vamos continuar a poder trabalhar?”* Como todas as pessoas que prestavam serviços para os projetos tinham suas MEs, pequenas empresas, eu falei assim: *“Vamos fazer uma parceria. Vamos*



*fazer projetos a quatro mãos. Como você já tem empresa, o projeto é aprovado no nome da sua empresa”.*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas a Kátia, antes de o senhor a contratar, ela era uma dessas fornecedoras de serviço?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ela era uma das fornecedoras. Ela trabalhava numa empresa que faz exposições de arte.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela era funcionária dessa empresa de exposição de arte?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ela era contadora dessa empresa também e representante da empresa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor lembra o nome da empresa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu vou lembrar até o final. Se eu não lembrar agora, até o final...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Relator, quero perguntar sobre isso. Vejam se eu entendi bem...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Gente, há uma ordem de inscrição. Estou preocupada porque eu estou aqui desde o início e vou precisar sair. Se todo mundo interromper...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Se não for sobre a empresa, eu peço que aguarde, a não ser que seja uma informação sobre o que eu estou perguntando. É porque eu também tenho uma linha de raciocínio que quero seguir para ter a contribuição do depoente.

A Kátia, contratada pelo senhor, passou a atuar, portanto, em colaboração com o senhor. O senhor se lembra quanto tempo ela trabalhou? Ela foi trabalhar porque era uma pessoa que já atuava na área e o senhor a considerava adequada. Por que ela saiu? O senhor sabe?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ela saiu porque vocês encerraram a empresa, vocês acabaram com a empresa, senão ela estaria com a gente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela saiu quando? O senhor se lembra?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, ela não saiu. Acabaram com as nossas produções culturais. Aí acabou o trabalho dela, mas ela representava...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor está dizendo “você*s acabaram com a empresa*”,...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Vocês não, acabaram...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, foi de uns 2 meses para cá que ela saiu, porque esta Comissão começou a trabalhar há 2 meses.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Talvez sim. Então, foi de junho para cá. Foi em junho, então.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela saiu em junho?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Em junho ou julho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em junho de 2016?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Quando interromperam as atividades nossas com essa operação, acabou o trabalho para todo mundo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas até este ano, 2016, a Kátia trabalhava com o senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não trabalhava com a gente, não. Ela prestava serviço de contabilidade para os projetos culturais. Ela não era minha funcionária, ela era... Todo projeto cultural tem uma planilha. Então, tem lá a verba do advogado, tem a verba do contador. Então, ela fazia a contabilidade dos projetos e era remunerada pelo projeto...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela foi detida na operação da Polícia Federal. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É um absurdo o que fizeram.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso foi em que momento, em que mês?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foi no dia 29 de junho deste ano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Dia 29 de junho deste ano.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eles detiveram até a moça que serve o cafezinho lá no escritório. Foi um absurdo!



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor sabe por que a Polícia Federal a deteve?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A Polícia Federal deteve todo mundo. Nessa operação que eles fazem de pirotecnia, eles detiveram a minha esposa, os meus dois filhos, a minha irmã, a moça que serve cafezinho. Eles foram lá na casa de todo mundo e prenderam todo mundo. Dois captadores dos projetos foram detidos. Então, primeiro eu achei um absurdo isso. Eles vão lá e prendem. Destroem uma família, falam do casamento...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas, objetivamente, o senhor não soube de nenhuma razão para isso. Então, na sua opinião, não havia motivo nenhum para prendê-la...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não havia motivo nenhum.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela, em algum momento, durante esse período, alertou o senhor de que ela entendia que tinha alguma coisa que não estava correta nos projetos ou na execução dos projetos? Ela era a contadora.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. A mim ela não falou isso, porque eu estava ausente nesses dois anos da empresa. Para mim, ela não falou.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela esteve aqui conosco. Nós temos as gravações dela.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu sei.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela tinha relacionamento com o senhor e tinha também com a sua irmã, que também atuava no projeto. Com a sua irmã, o senhor naturalmente conversava. Afinal de contas, o senhor não estava ausente do projeto. O senhor estava falando que estava ausente nos últimos 2 anos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu estava ausente da empresa, da produção cultural. Eu estava ausente de todos os projetos, nos últimos 2 anos. Eu tinha um conhecimento não profundo. Eu ficava sabendo...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor não participou das atividades relacionadas aos projetos? O senhor acabou de fazer um juramento aqui para nós. Isso tudo pesa muito. Então, o senhor não participou de atividades ligadas



à execução nos projetos culturais aprovados no Ministério da Cultura nos últimos 2 anos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Da execução, não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nem da captação?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Da captação, sim. Devido ao meu relacionamento com empresas, eu usava o meu tempo...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, o senhor participou da captação.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Da captação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor capta alguma coisa conhecendo o projeto. O senhor não vai conseguir um patrocínio sem conhecer o projeto, sem conhecer como vai ser executado. Isso é elementar.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, os projetos eu... Eu que faço os projetos, eu que crio o tema de um livro...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, o senhor participa das três etapas. Ao longo da sua história nesse processo, o senhor participa da elaboração, da captação e, naturalmente, da execução dos projetos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Respondendo a sua pergunta sobre se eu sabia que ela alertou alguma coisa: nesse momento, eu não sabia.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor sabia da execução do projeto que levou à realização de um *show* em Recife?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sabia que foi captado um *show* para Recife.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sabia que foi captado um *show* para Recife.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor esteve lá?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não estive lá, mas eu sei que esse *show* foi panfletado na praia, 3 dias antes, para todo o público espontâneo que quisesse assistir ao *show*.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O *show* foi com qual artista?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não me lembro. Eu acho que foi Jota Quest, alguma coisa assim. Foi com uma banda. Mas nós temos fotografias das pessoas panfletando na praia — 2, 3 dias antes —, convidando o público que quisesse assistir ao *show*. Era espontâneo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E o público da praia foi?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foi.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor não estava lá.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não estava lá, mas a gente fica sabendo pelo relatório. Como é uma empresa familiar, a gente acaba sabendo do retorno.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A sua irmã Zuleica era responsável por uma das empresas. Não é isso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Ela já tinha empresa, ela já vinha fazendo produção. Depois limitaram para um número de projetos, nós passamos a fazer essa parceria e a usar também como proponente de projetos culturais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em algum momento, a sua irmã comentou sobre as conversas da Kátia com ela a respeito de irregularidades nas notas fiscais?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, nada disso nunca chegou ao senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor sabe qual é a gráfica Maser?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Master.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Master.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É uma das 20 gráficas que, ao longo desses anos, trabalharam com a gente. Como eu falei, em determinado momento, uma gráfica está oferecendo um bom custo-benefício na produção de um livro. Então, nós optamos por 4, 5, 6 vezes com ela, mas foram mais de 20 gráficas, ao longo desses anos, com quem nós trabalhamos.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em algum momento, o senhor teve conhecimento de que havia o entendimento de que o preço da gráfica Master estava maior, de que havia um custo bem maior e que estava, portanto, havendo a possibilidade de superfaturamento?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** – Não. Como eu falei, não existe superfaturamento na Lei Rouanet. O que existe...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, na Lei Rouanet, não existe superfaturamento. Eu estou perguntando se o senhor tem um fornecedor que lhe fornece por um preço e se alguém o alertou de que aquele preço estava maior do que o que seria possível conseguir no mercado para o mesmo produto.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Mas será que é a mesma qualidade?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Com a mesma qualidade e o mesmo produto.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Daí eu discordo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Alguém alertou o senhor disso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não me alertou, mas aí eu discordo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, mas não é questão de o senhor discordar ou não discordar. Eu estou perguntando se alguém o alertou.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, não alertou.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A Sra. Kátia não o alertou? Porque ela esteve aqui e disse que alertou e que essa foi uma das razões que fez com que ela saísse. Não foi a prisão da Polícia Federal. Ela já havia manifestado, há mais tempo, que sairia, segundo as declarações dela aqui. O senhor não confirma isso? O senhor não se lembra de a Kátia ter manifestado o desejo de sair antes de ser presa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. A Kátia...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi agora, em 2016, que a Kátia saiu? Até 2016 ela estava ligada às atividades com o senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A Kátia prestava serviço de contadora nos projetos. Num determinado momento, ela optou por ampliar o



trabalho dela, atendendo outras empresas. Ela saiu para montar a empresa dela em outro endereço, porque, até então, ela prestava...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor está sendo contraditório, porque o senhor disse que ela saiu agora em junho, por nossa culpa. O senhor chegou a citar o mês: *“Não, ela saiu agora, então, em junho”*. Não foi isso o que o senhor acabou de dizer?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, não, deixe-me... Não, não foi.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi sim. Eu perguntei ao senhor: *“Então, foi agora?”* E o senhor disse: *“Não. Foi agora, em junho de 2016”*.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, no dia 29...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu até perguntei: *“Até este ano ela estava trabalhando com o senhor?”* E o senhor disse: *“Até este ano ela estava trabalhando...”*

Agora, afinal de contas, até quando a Kátia trabalhou com o Grupo Bellini? Qual foi a última reunião de trabalho? Neste ano o senhor se reuniu com ela?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Em junho e julho de 2016.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É, está aí, em junho e julho de 2016, ela trabalhou. Agora, quero dizer, fisicamente, ela ficava lá no nosso escritório, atendendo a contabilidade dos projetos. Num determinado momento, ela continuou atendendo os nossos projetos, mas ela se mudou para o endereço de um escritório dela. Mas ela continuou atendendo os nossos projetos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Quando foi isso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ah, foi uns 3 meses antes que ela montou o escritório dela para atender outras empresas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso aconteceu este ano?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Este ano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Este ano de 2016.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não sei se ficou claro. Eu quero...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ficou claro, embora haja uma contradição no que ela afirmou aqui na Comissão. Ela afirmou que, a partir do



momento em que percebeu que havia superfaturamento, que havia *shows* irregulares, como o de Recife, parou de trabalhar.

Eu queria que o senhor refletisse sobre isso, porque obviamente o senhor está sob o juramento de dizer a verdade, e isso é importante. Um dos dois está mentindo.

Agora ela também fez referência — está aqui nas notas taquigráficas da fala da Sra. Kátia — a um *show* que se deu na cidade de Itapira. Pergunto: o senhor se lembra de que projeto a empresa do senhor ou alguma dessas associadas desenvolveu em Itapira?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, nós fizemos, acho, dois ou três *shows* na cidade de Itapira.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Itapira é no Estado de São Paulo?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É no interior do Estado de São Paulo, fica próxima a Campinas. Para esse *show* o patrocinador deu a verba. Nós fizemos um *show* com Jorge Aragão e a orquestra sinfônica; fizemos um segundo *show*, em Itapira, com João Carlos Martins; e fizemos um terceiro *show* com Sérgio Reis e Renato Teixeira. Todos tinham a orquestra sinfônica. Os três *shows* foram realizados no Ginásio Municipal de Itapira, que acomodava 2.500 pessoas. O ingresso, dessa vez, foi cobrado nos 3 anos, e 100% da bilheteria dos *shows* foi doado para a Santa Casa de Misericórdia de Itapira — confirmado isso aí. Eu queria dizer mais inclusive: nós pedimos às pessoas que trabalharam nesses *shows* que doassem seus cachês, porque a Santa Casa estava para fechar. Então, assim...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - *(Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A orquestra, os artistas doaram parte dos seus cachês. Aí, no início dos *shows*, nós fazíamos até um cheque cênico e o entregávamos para a freirinha lá, que é uma belezinha. Ela tem 93 anos e trabalha como coordenadora da Santa Casa. E eu lembro: em um ano, 180 mil reais foram entregues para ela, eram depositados na conta. A bilheteria era depositada na conta.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Deixe-me entender uma coisa: esses *shows* estavam aprovados na Lei Rouanet.



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Quando o senhor aprova o *show* na Lei Rouanet... O senhor aprovou um *show* do... aquele em que foram todos os artistas...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Em um ano, Jorge Aragão; no outro ano, Márcio e João Carlos Martins e...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Quem doou cachê?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A orquestra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A orquestra doou cachê.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A orquestra, o fotógrafo, o montador...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Os artistas, os...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - As pessoas que trabalhavam...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Os artistas de MPB não doaram cachê?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, esses não doaram.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas, quando o senhor aprovou o projeto, o senhor estabeleceu nele o custo da orquestra, não estabeleceu?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, qual a vantagem de ele doar o cachê para a Santa Casa? O senhor, portanto, devolveu o dinheiro para o Ministério?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor não gastou a rubrica da orquestra sinfônica. Como funciona isso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A orquestra recebia o cachê. Ela deu a nota fiscal do trabalho dela, e a própria orquestra doou o cachê dela para a Santa Casa. Ou seja, eu pagava para o fornecedor do projeto, ele recebia por isso...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E a orquestra doou em dinheiro para a Santa Casa?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ela fez um depósito na conta da Santa Casa. Isso pode ser confirmado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi a orquestra que fez?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A orquestra fez o depósito do cachê dela diretamente...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Essa orquestra tem uma pessoa jurídica?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Tem uma pessoa jurídica. Por isso, ela dá uma nota fiscal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Qual é a pessoa jurídica?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não me lembro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas essa orquestra é a mesma nesses *shows*?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A mesma orquestra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não só lá em Itapira, mas também em outros eventos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, não. No caso de Itapira foi uma mesma orquestra, que é uma orquestra...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi a única vez que ela trabalhou com o senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foram três vezes, 3 anos. É uma orquestra da cidade.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Da cidade de Itapira?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela sempre trabalhou com o senhor lá em Itapira, mas em outros lugares não?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E lá ela recebeu o dinheiro da Lei Rouanet e o doou?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - E deu a nota fiscal. Ela recebeu o recurso, deu a nota fiscal pelo serviço prestado, para a prestação de



contas, e doou o cachê. Foi uma exigência que nós fizemos para salvar a Santa Casa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Agora como foi o serviço de contratação de prestadores de serviços lá — som, palco? O senhor se lembra de alguém em especial?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Foi feita uma reunião...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Lá havia um prestador de serviço que tinha uma atividade mais ampla e prestava serviço de mais de uma coisa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Foi feito assim: a Santa Casa fez uma reunião 3 meses antes do *show*, chamou todas as... Nós tínhamos a planilha dos fornecedores aprovada pelo Ministério da Cultura: fotógrafo, um negócio chamado *catering*, de camarim, que cuida da alimentação dos músicos, do ônibus que transporta os músicos. Então, a Santa Casa... O Prefeito de Itapira até chamou todas essas pessoas para uma reunião lá na Santa Casa, para que eles trabalhassem num *show*, que fosse vendido o ingresso, que o ingresso também fosse doado e que eles doassem os seus serviços prestados. Todos receberam...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esses *shows* foram realizados em 3 anos ou no mesmo ano?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foram, eu acho, em 3 anos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Três anos. O último foi o do Sérgio Reis?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor se lembra do valor do projeto desse *show*?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não lembro. Não lembro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nem aproximadamente o senhor lembra?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não lembro, não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E havia um prestador de serviço que atuava em mais de uma atividade para o senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. No caso desses *shows*, a Santa Casa chamou todas as empresas que poderiam prestar serviços na



produção do *show*. E ela pediu que cada um doasse o seu recebimento para a Santa Casa, mais a bilheteria e mais 1 quilo de alimento que cada pessoa levava. Então, nós conseguíamos aí de 150 a 180 mil por ano para a Santa Casa de Itapira.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Cerca de 150 mil em doação para a Santa Casa.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor não se lembra do valor global do projeto aprovado no Ministério?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. O projeto ia acabar saindo mais... Porque os cachês dos artistas são caros, e eles não o devolvem, certo? São cachês de 60 mil, 70 mil. Então, esses cachês são caros.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Presidente, eu já estou concluindo.

Sobre o *show* lá de Recife, o senhor lembra qual era o principal patrocinador da Lei Rouanet?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Foi o Laboratório Cristália. Nesse *show* houve a presença de convidados do laboratório, mas ele foi aberto ao público, com distribuição de panfletagem nas praias lá de Recife. Ou seja, era um *show* aberto, ao ar livre. Havia lá milhares de pessoas assistindo ao *show*.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Milhares?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Milhares. Eu não lembro o nome, quem era o intérprete desse *show* aí, mas assim...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, o senhor mesmo acabou de dizer que foi o Jota Quest.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu acho que foi o Jota Quest, mas eu não quero confirmar. Não quero confirmar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor se lembra até do público, de quantas pessoas havia.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu lembro porque, assim, a minha irmã comentou. Nós fizemos uma panfletagem...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sua irmã que foi até lá?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ela que foi a produtora dos *shows*, pela empresa dela...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor esteve com o Sr. Odilon Costa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Ele era a pessoa que destinava os patrocínios do laboratório para os nossos projetos, certo? Ele era o responsável por essa área de *marketing* da empresa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E ele participou em mais de um projeto com o senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Acho que participou desses três *shows*. Mas era ele que aprovava...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A quais desses três *shows* o senhor está se referindo?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Os três de Itapira e mais o de Recife; então, quatro, certo? Era ele que os aprovava. Então, nós apresentávamos lá: “*Olha, há o valor aprovado aqui na Lei Rouanet. O show vai custar tanto. O senhor quer fazer?*” Ele, que é até uma pessoa muito idônea, falava assim: “*Eu quero fazer o show desde que a verba seja...*”

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esse Laboratório Cristália está situado onde?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Itapira.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ele é lá de Itapira? O senhor sabe nos dizer com qual produto ele trabalha?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ah! Nossa, com muitos! É um dos maiores laboratórios do País — com tudo. Inclusive, eles são fabricantes do princípio ativo dos remédios.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Bom, por ora, são essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Eu vejo que os nossos colegas querem interpelá-lo. Eu deixarei algumas para a conclusão.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Muito obrigado, nobre Relator, Deputado Domingos Sávio. Obrigado, Sr. Antônio Carlos, pela colaboração.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Agora, passo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, eu vou ser breve, porque acho que muita coisa já foi perguntada.

A primeira questão que eu gostaria de registrar é que o depoimento do Sr. Bellini confirma alguns roteiros que aqui discutimos com o ex-Ministro Juca Ferreira. O primeiro deles é o acúmulo de passivo por falta de pessoal dentro do Ministério, o que foi sendo resolvido com o tempo. Não havia contato direto com nenhum funcionário do MinC — nenhuma pessoa ali dentro fazia contato permanente com o Sr. Bellini. Ele registra a transparência que foi adquirida pelo Ministério, a partir de 2009, quando tudo se tornou digital, inclusive o acesso aos processos, e confirma um número que já tínhamos: de fato, de cada cem projetos, talvez no máximo um quarto ou um terço tenha acesso à captação.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - O que foi?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Está aberta a Ordem do Dia?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Não recebi nenhuma informação. Mas, se V.Exa. tem informação de que está havendo votação nominal, eu solicito à Deputada... Nós estamos em audiência e é importante a presença dos Deputados. Nós vamos continuar a reunião. Aqueles que quiserem votar, podem ir lá e voltar. Vamos fazê-lo de forma alternada para aproveitar a presença dos Deputados aqui.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Vamos alternando.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu vou falar e depois vou votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O.k. Obrigado, Deputada.



Tem V.Exa. a palavra, por favor.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - É exatamente nessa fase da captação que os problemas começam. Então, eu acho importante falarmos disso.

Chama-me atenção uma contradição que percebo no depoimento dele, inclusive na memória. Parece que o Dr. Bellini tem uma memória seletiva. Ele se lembra da data da prisão da Kátia, sabe da panfletagem de Recife, mas não se lembra de nenhum relato de irregularidade feito pela contadora. Parece-me que ele tem uma memória seletiva — como médica, não sei como posso analisar isso, mas objetivamente há. Ele mesmo diz que é uma empresa familiar; portanto, tem a informação da panfletagem. Mas, mesmo a empresa sendo familiar, não tem informação de uma irregularidade relatada por uma contadora no momento em que está sendo investigado, em que as suas empresas estão sendo investigadas. Isso me parece estranho — muito estranho!

Uma primeira questão que eu gostaria de saber, se for possível o senhor me responder, é o porquê da sua ausência nos últimos 2 anos da empresa. Se o senhor quiser anotar as perguntas, pode fazê-lo. Responda-me depois, não precisa ser agora. Essa ausência não o retirou nem da criação nem da captação nem do conhecimento dos projetos. Então, que ausência foi essa? Foi uma ausência apenas administrativa, para que seu nome não constasse? Isso é importante, já que a empresa está sendo investigada. Pode ser uma estratégia de defesa — não sei. Eu queria saber o porquê da sua ausência.

Uma segunda questão é sobre o que o senhor disse: *“Como, nesses anos todos, ninguém falou nada, tive a impressão de que a coisa estava certa.”* Ora, o senhor, com a experiência que tem na área e com a quantidade de projetos que fez, em tese, achar que tudo está certo, porque o Ministério não lhe disse nada, só lhe disse algo em 17 projetos, isso também me parece bastante estranho. Uma pessoa com a sua experiência não entender o que é certo e o que não é, com o conhecimento que o senhor deve ter da Lei Rouanet, não me parece muito apropriada essa formulação.

Uma terceira questão é sobre o que senhor disse: *“Como eu não podia mais captar, fui me associando a empresas pequenas.”* Ou seja, o senhor vai se retirando como proponente, mas fica por trás deles: coloca uma empresa pequena na frente



para fazer a proposta, mas fica por trás comandando o processo. Era isso mesmo o que senhor fazia na associação? O senhor responde depois, por favor.

Então, parece-me que há aí um jogo. Não posso dizer que são empresas laranja, porque elas objetivamente existem e devem participar do processo. Mas esta é uma forma de burlar a dificuldade que há no MinC: *“Como não posso propor, fico por trás, associo-me, e a empresa que propõe é outra.”* Então, são mecanismos que vão surgindo para a CPI averiguar como a burla também pode ser feita em relação ao próprio Ministério.

Outra questão que me chama atenção também, diante inclusive do questionamento do Deputado Izalci Lucas, é que não foi uma ou duas vezes que os projetos foram divulgados como públicos e feitos de forma fechada para as empresas. Ele citou 34 *shows* que foram divulgados como abertos, mas que foram feitos de forma fechada — isso era o que ele sabia.

Então, não é possível que uma pessoa com a sua experiência não saiba que isso é um problema. Quer dizer, como é que se faz uma captação de Lei Rouanet para democratizar a cultura, como o senhor fala, e isso vira confraternização, festas de empresa? E não eram tendas, desculpe-me. Uma festa fechada não é uma tenda que a empresa põe para receber os convidados. É óbvio que há aí uma irregularidade grave, conhecida pelo senhor e pela sua empresa: busca-se no MinC recursos para um projeto de democratização aberto ao público, mas se faz um aniversário de empresa, *show* fechado, confraternização de empresa. Ele citou 34 eventos, deve ser mais. Mas é óbvio que o senhor não desconhece que isso é uma grave irregularidade de captação do uso do dinheiro público. Não há dinheiro da empresa aí, é dinheiro público — 100% de incentivo. Essa irregularidade grave precisa ser compreendida.

O senhor confirma a reunião com o Juca — ele já a havia citado — e mais 6 pessoas, que não prosperou e nem poderia, pois o senhor já estava sob investigação. Por isso, não havia negociação ou ajustamento de conduta a fazer dentro do Ministério. Então, a atitude do Ministério foi correta. O errado foi tentar buscar uma saída por fora do processo investigativo.

Por fim, eu não quero discutir o mérito do teatro, porque não conheço o senhor nem a qualidade dos seus projetos e livros. Mas o que está em discussão



aqui é a denúncia de duplicação de fotografias de um mesmo projeto prestando contas para outro, notas fiscais falsas, uso do mesmo PRONAC para várias outras prestações de contas. Ou seja, as irregularidades não são simples, são irregularidades repetidas, denunciadas e já detectadas pela própria SEFIC, do Ministério da Cultura. A discussão aqui não é a qualidade do seu produto. A discussão é como o senhor, a partir da captação, trabalhou esse dinheiro na relação com o poder público. Essa é a discussão que se vai fazer aqui, e é isso o que a CPI tem que apurar. E aí não é o senhor, mas, talvez, a rotina de proponentes ou de intermediários ou de escritórios que, a partir do momento em que conseguem fazer a captação, relacionam-se erradamente com o poder público na prestação de contas, na prestação de provas, na prova de que de fato o projeto existiu da forma como foi proposto e no resultado servido à sociedade.

Por fim, eu fico aqui me perguntando: qual o interesse do Cristália em patrocinar *shows*? O Cristália tem convênio, através de uma PPP, com a FIOCRUZ. Quer dizer, se ela produz insumos, ela não produz o... Ela não tem interesse comercial de divulgar a marca para fora. Isso só faz sentido se for uma festa para ela.

Então, eu queria entender melhor, já que foi perguntado, o porquê mesmo de o Cristália patrocinar um *show*, qual o interesse dele, visto que ele não tem interesse no nome fantasia da empresa, em vender os seus produtos.

Sr. Presidente, parece-me que aí — e eu vou ouvir as respostas — há de fato uma grande rede, uma grande teia de apresentação privada, fechada, utilizando-se da atitude de querer democratizar a cultura, quando, na verdade, ganham recursos fazendo muito projeto fechado para empresas e prestando contas erradamente ao Ministério — fotos multiplicadas, duplicadas, alteradas por Photoshop; notas fiscais duplicadas ou superfaturadas. É isso que nós temos que observar. A CPI tem que botar o olho nessa relação com a captação, nessa mediação, e como o próprio proponente ou o intermediário da empresa faz, depois, essa relação com o poder público. De fato, acho que é nessa fase que a CPI tem de ficar o olho, para entender que não deve ser só o Dr. Bellini e suas empresas que exercem essa prática, mas também os grandes captadores da Lei Rouanet. Estão em 13 ou 15 ou 18 grandes captadores o grande problema de desvio de recursos que estamos observando aqui.



Era isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Tem a palavra o depoente para suas respostas.

**A SRA. MARIA AUGUSTA FERRAZ** - Excelência, eu anotei todas as perguntas. Eu vou repetindo cada uma e ele vai respondendo cada ponto que a senhora abordou. Pode ser?

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Aí é o Presidente quem decide.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Como?

**A SRA. MARIA AUGUSTA FERRAZ** - Eu vou repassando cada pergunta a ele, porque foram várias, e ele vai respondendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Uma a uma?

**A SRA. MARIA AUGUSTA FERRAZ** - Isso. Eu as anotei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O.k. Pode passar uma a uma, por favor.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Primeira: sobre a minha ausência de 2 anos. Em 2012, iniciou-se um bombardeio em cima de mim. A senhora é médica. Eu comecei a sofrer um processo de depressão. Fui internado algumas vezes até em clínicas psiquiátricas, para tentar voltar a ter ânimo de viver. Segunda: se eu me lembro da Kátia. Como é que eu lembro a data que ela foi presa? Foi no dia em que todo mundo foi preso: eu, meus filhos, minha irmã, meus funcionários, a moça que servia cafezinho. Então, aquela data, 29 de junho, marcou muito para nós.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Nesse ponto eu até posso concordar com o senhor. Essas operações são muitas vezes arbitrárias mesmo. Prende-se para depois ver o que é.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Gente, foi um absurdo!

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Eu acho que nesse aspecto podemos ter até concordância em relação à (*ininteligível*) no Brasil.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Isso é um absurdo. Eles vão lá, estouram a vida da pessoa, expõem, como eu falei, números mentirosos, é uma



pirotecnia o que eles fazem, para depois soltar todo mundo. Ficaram 5 dias na prisão temporária e os soltaram. Mas e o escândalo? E a exposição, no caso do meu filho, de o casamento dele aparecer? Sabe, enfim... *(Pausa.)* Quando foram inabilitadas as nossas empresas — eu já falei isso e vou repetir —, ao longo desses 15 anos anteriores a 2012, trabalhávamos com muitos profissionais: eram artistas que tinham suas empresas, cenógrafos, diretores de teatro, autores de livro, pessoal que escrevia os livros, diretores de arte e tal. Todas elas tinham as suas empresas, que enviavam a nota fiscal para prestação de contas do projeto e prestavam serviço.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, desculpe-me interromper, mas o faço porque está quase acabando a votação nominal de uma matéria importante. Eu acho que V.Exa. poderia suspender a reunião um pouco, para que todos possamos ir ao plenário votar, porque não podemos perder essa votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Acato a sugestão de V.Exa. Vamos ao plenário, pois está havendo uma votação nominal que não podemos perder, e, em seguida, retornamos à Comissão.

Muito obrigado pela gentileza.

A sessão está suspensa por 5 minutos, para que todos nós da Comissão possamos ir ao plenário votar.

*(A reunião é suspensa.)*

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Sr. Presidente, ele vai continuar respondendo às minhas perguntas, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Isso.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Só para agregar à questão da sua ausência, que eu imaginei que pudesse também ser um problema de saúde, para além de uma estratégia, o senhor disse que nesse período continuou criando e captando recursos. Então, o seu plano de saúde não impediu que o senhor continuasse exercendo essa função, é isso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Então, o senhor continuou trabalhando, mesmo...



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Da minha casa. Eu ficava na minha casa.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Para captar na sua casa não dá, não é?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Não, dá. Eu vivi 20 anos no mercado...

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - As pessoas iam à sua casa, é isso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ninguém. Não, eu dava telefonemas. Eu falava: *“Eu tenho um determinado projeto aqui. Nós vamos mandá-lo para você, por e-mail, para você avaliar.”*

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Hum, hum! Está bom.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, essas empresas patrocinadoras estão com a gente todos os anos, repetindo os patrocínios, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Acho que havia outras perguntas. Pode seguir a ordem das perguntas que a Deputada fez. *(Pausa.)*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Nós enviávamos as prestações de contas. *(Pausa.)* Obrigado. *(Pausa.)* Aí é que entra essa coisa. Por exemplo: desse livro sobre hipismo faz 18 anos que eu entreguei a prestação de contas, e ninguém falou nada dele. Juro, para mim está tudo certo, ele está perfeito, está completamente dentro do que foi proposto no projeto inicial lá na Lei Rouanet, mas ninguém falou nada. Aí, de repente, vem uma cartinha dizendo: *“Não, está faltando... Você falou que ia colocar 68 fotos e tem 77. Então, o seu projeto está reprovado.”* Então, assim, nós fomos fazendo os nossos projetos. Quem cala consente. Usei esse... Assim, dos 105 projetos, só olharam 17. E, se os 17 estavam aprovados, então falei: *“A gente está trabalhando da forma correta”*. E os outros ainda não foram analisados. Os outros projetos que estão por vir ainda não foram analisados. *(Pausa.)* Qual o interesse do Laboratório Cristália em fazer patrocínios conosco? O fundador do Laboratório Cristália é médico e atuava na área de farmácia também. E o primeiro emprego da vida dele, recém-formado, foi como médico da Santa Casa de Itapira. E ele se transformou em um dos maiores empresários do setor farmacêutico do País. A empresa é lá em Itapira. Ele vendo a



Santa Casa, onde ele começou a trabalhar, indo à falência, na figura do Diretor, Sr. Odilon, eles me convidavam e falavam: *“Vamos fazer o seguinte. Vamos patrocinar um show. Pensa num show aí”*. A gente sempre pensava em *shows* que tinham a ver com o público da cidade. Então, em cidade do interior de São Paulo tem que ser um Sérgio Reis com Renato Teixeira. Eu lembro que uma senhora lá falou assim: *“O Sérgio Reis é o Frank Sinatra aqui da gente”*.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - A Cristália nunca pensou em fazer uma doação direta, precisava de intermediação de um *show* uma empresa tão rica como essa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Já que ela podia usar o benefício da Lei Rouanet, que permitia patrocinar um *show* de orquestra sinfônica com o Sérgio Reis, e eu tinha o projeto aprovado, Deputada... Então, assim, a partir do momento em que o laboratório quer ajudar a Santa Casa, eu tinha um projeto aprovado de um *show* com Sérgio Reis e com a orquestra sinfônica, ela falava assim: *“Bellini, vamos usar o seu projeto. Nós patrocinamos o seu projeto. Você realiza o show desde que a bilheteria e os fornecedores do projeto doem seus cachês”*.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Há alguma relação de parentesco de alguém da Cristália com a sua família?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI** - Não.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Mais uma pergunta aí?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ah, das empresas... Antes de o *show* fechar, tinha a das empresas, de a gente trabalhar com outras empresas, com as menores. Quando nós tivemos as empresas inabilitadas, as dezenas e dezenas de trabalhadores, artistas e iluminadores que trabalhavam com a gente e que tinham suas empresas, eles falavam: *“Nós não queremos parar de trabalhar”*. Eu falava: *“A solução que eu tenho é de nós fazermos uma parceria”*. Não é laranja. Você tem uma empresa, você vai ser o proponente na empresa, existe uma remuneração de verba de administração. Então, na qualidade de proponente, dentro da verba da Lei Rouanet, você tem lá um item “administração”. Você vai ficar com o



item de administração, onde você vai ter que assinar os cheques, acompanhar contador, acompanhar advogado. E aí, os projetos eram feitos a quatro mãos, porque a equipe nossa que trabalhava era contratada por esse projeto para que as pessoas, para que todos tivessem trabalho. Eu acho que um dos fundamentos da Lei Rouanet, além de democratizar e descentralizar a cultura, é gerar trabalho e renda para pessoas da cultura. Então, foi uma maneira que nós encontramos, fazendo essas parcerias com pessoas que já trabalhavam conosco, para dar continuidade ao trabalho para eles. Quanto aos *shows*, em todos os nossos *shows*, nunca foi cobrado ingresso do *show*. Todos os nossos *shows* tinham sempre a contrapartida social. Então, o que me consta é que os nossos *shows* sempre tinham... Por exemplo, teve um *show* que nós levamos... Teve um *show* que uma empresa divulgou que ela estava fazendo um *show* para funcionários, para clientes. Ela divulgou, ela pode divulgar. O *show* não foi cobrado. Mas nós levamos 600 — eu lembro várias vezes de *shows* em que a gente levava 600 pessoas da APAE, terceira idade. Nós pegávamos 12 ônibus para levar essas pessoas. Então, não era exclusivo. Como?

*(Intervenção fora do microfone Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Desculpa, milhares. Então, era comum, em *shows*, a gente 600 pessoas, como deficientes físicos e terceira idade, para participar do *show*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Acabaram as perguntas aí? *(Pausa.)*

Satisfeita, Deputada Jandira Feghali? Obrigado, Deputada Jandira Feghali, por sua contribuição, e, mais uma vez, Sr. Antônio Carlos Bellini.

Agora tem a palavra o ilustre Deputado do meu glorioso Estado do Rio de Janeiro, mui digno morador de Três Rios, uma bela cidade daquele Estado, Deputado Celso Jacob.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Bellini, eu tenho apenas duas perguntas. Uma é para constatar o que a gente já sabe, mas é só para o senhor me explicar e até vou ajudá-lo com essa pergunta. É sobre aquele caso dos brindes do livro, da doação dos livros para quem está patrocinando. É normal que uma parte que patrocinou receba uma parte, e



quem está organizando a festa ou o evento fica com a parte maior para ele mesmo distribuir ou fazer algum tipo de doação, certo?

O caso do livro. A empresa que o patrocinou recebeu, por exemplo, 100 livros, se foram mil livros, e os outros 900 foram distribuídos por quem organizou, em eventos, em assinatura ou em lançamentos de livros. No caso de brinde de empresa, como camisetas, o patrocinador sempre recebe uma cota e o resto é distribuído para o evento neste momento.

A segunda pergunta é a seguinte. Quando as suas empresas foram prestar contas, elas começaram a ter problemas naqueles eventos e foram sendo inabilitadas. Então, o senhor foi abrindo outras empresas para poder continuar operando, é isso? Eu posso entender que é assim?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Então, eu vou aguardar e depois vou fazer mais uma pergunta para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Como V.Exa. ainda tem 3 minutos e 35 segundos...

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Não, eu prefiro que ele responda para que eu possa contrapor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O.k.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Quanto à distribuição de livros...

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Eu digo brindes e coisas assim...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Brindes nós nunca fizemos. Nós sempre fazemos esses livros de fotografia com temas sobre o Brasil. A distribuição de livros... Existe uma planilha aprovada lá, quando o projeto é publicado no Diário Oficial, de distribuição. Uma parte vai para o patrocinador, a outra parte fica comigo. Como produtor cultural, eu posso ter uma cota também. A outra parte nós distribuímos para bibliotecas do Brasil, com o objetivo de democratizar e descentralizar esse livro e não ficar restrito ao patrocinador. Uma parte vai para o patrocinador; outra parte, para bibliotecas; outra parte fica comigo. Aí, fica um saldo. Esse saldo nós distribuímos em eventos, nós distribuímos em escolas, nós distribuímos em Prefeituras.



**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - E isso consta no projeto?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Isso consta no projeto. A segunda pergunta?

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Você fez vários eventos, e o que aconteceu foi o seguinte. Ao prestar contas, alguns foram inabilitados; ao inabilitar um evento, a empresa fica inabilitada de buscar outros recursos, e aí o senhor foi abrindo outras empresas? Eu quero entender se foi assim, eu não estou afirmando.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não foi isso o que aconteceu. No momento em que inabilitaram as minhas duas empresas, inicialmente, nós tínhamos dezenas e dezenas de pessoas que trabalhavam nos projetos dessas empresas, e essas pessoas já tinham as suas empresas abertas. Então, para que tivesse a continuidade de trabalho para nós, para essas pessoas, que são artistas, que são cenógrafos, que são diretores de teatro, a solução que nós encontramos foi fazer uma parceria. Falamos assim: *“Olha, o projeto é aprovado na sua empresa. Ele é aprovado, e você vai ser remunerado no item de administração”*.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - É que há aquele item de 5% a 10%, se eu não me engano.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Tem o item de prestação. É, você pode... O proponente cultural, pela Lei Rouanet, pode prestar até 20% do projeto cultural. Ele pode ser remunerado em até 20%...

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Quem faz o projeto?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Mas desde que esses 20% sejam trabalhos prestados para o projeto.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Claro.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Certo? Então, assim, não é que foram abertas as empresas. Não, nós falamos: *“Vamos dar continuidade. Ao invés de... Já que a minha está inabilitada, vamos ser parceiros e fazer através da sua empresa”*.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Eu estou entendendo que é mais ou menos assim, Relator: uma empresa foi aberta e inabilitada, aí alguém abria outra e abria outra.



Agora ele está dizendo o seguinte, que o pessoal dele mesmo é que estava abrindo, para aproveitar a mão de obra. Mas, na prática, o meu entendimento é de que, quando você fica inabilitado, cessa a oportunidade de captar. Para continuar captando, por exemplo, eu, Celso Jacob, tenho ajuda do Deputado Domingos Sávio para captar no meu lugar. E a coisa segue assim.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu só queria registrar, assim, que nenhuma das empresas foi aberta após a inabilitação.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Isso é bom saber, para conferir.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Todas já existiam há 15, 20 anos.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Já existiam.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eram pessoas do setor de cultura.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Não foram abertas naquele mesmo período?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. É assim, eu vou dar um exemplo: um diretor de teatro que trabalhava no meu teatro... O senhor estava aqui desde o comecinho?

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Não.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É... Um teatro de crianças... O diretor de teatro que atuava no... Ele tinha a nota dele para prestar contas para o meu projeto. A minha empresa foi inabilitada, ele passou a ser o proponente cultural, certo? E ele foi remunerado não só pelo aspecto da administração, como pelo serviço de diretor de teatro que ele prestou para o projeto.

**O SR. DEPUTADO CELSO JACOB** - Entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado por suas contribuições, nobre Deputado Celso Jacob.

Eu tenho algumas perguntas também e gostaria de aproveitar para fazê-las ao Sr. Antônio Carlos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Primeiro, na sua fala, V.Sa. disse que, em algum momento, 30% dos recursos, a maior parte, seriam



captados pela PETROBRAS, ou seja, uma das grandes patrocinadoras. A primeira pergunta é: em algum momento houve, nos seus projetos, o patrocínio de empresas públicas? Isso é uma coisa que eu gostaria de saber. Ou sempre foram empresas privadas?

Na sua fala, V.Sa. falou que houve um funcionário, em algum momento, que foi demitido. Quem é esse funcionário? O real motivo da demissão dele não me ficou claro, e eu gostaria de saber, se possível.

Insistentemente, V.Sa. diz que as empresas tinham dois CNPJ, ou seja, existiram duas empresas que trabalharam. Eu gostaria de entender isso. Quando as empresas ficaram inabilitadas, quantas foram as outras empresas parceiras? V.Sa. se lembra de algumas, da quantidade ou do nome de algumas delas? Assim, nós podemos ter uma noção. O senhor acabou de dizer que um era diretor de teatro. Então, eu gostaria de saber — quantas, 4, 5? — em quantidades, para nós termos uma dimensão do tamanho da parceria e da voluntariedade dessas empresas parceiras.

Estou falando rápido, não sei se está conseguindo anotar...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - *(Fala fora do microfone.)* Deixe-o responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Responda essas. Eu tenho mais três para terminar, para não ser tão extenso.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu tive uma experiência em 2002. Nós fizemos um livro da Tomie Ohtake que foi patrocinado pela PETROBRAS. Eu naquele momento não gostei de trabalhar com estatal, então, a partir daquele único projeto de 2002, eu decidi não trabalhar com estatal brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Mas não gostou, por quê? O que foi que...?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ah, a coisa é diferente... Eles vendem alguma dificuldade para conseguir o patrocínio, e não é do meu perfil dar bola para fazer... Então, eu falei: *“Gente, a partir de agora, nós não vamos trabalhar com estatal”*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Alguém pediu a você algum favorecimento naquele momento?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, era o *modus operandi*. Então, o pessoal falava: “*Para vender na PETROBRAS, você tem que dar bola*”. Eu falei: “*Então, eu não vou vender mais na PETROBRAS*”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - E quem falou isso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ah, foi lá atrás. Foi em 2002... Trabalhar com estatal não é legal. Então nós optamos, a partir de 2002, em não trabalhar com estatal, não faz parte do nosso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Porque a afirmação de V.Sa. é gravíssima. Entendo até a sua motivação, e parablenzo-o por nunca mais ter tentado...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não quero mais. Não quero mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Mas isso é tão relevante à CPI que seria importante se V.Sa. pudesse se lembrar e contribuir de maneira mais efetiva, porque é de uma seriedade... É uma das linhas que eu acho que...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, mas não só na sua condição de ter tentado captar. O senhor está no mercado há muitos anos. Então, o senhor fez aí uma afirmação grave, e que ela... Ou o senhor sustenta e indica de onde veio, ou o que o senhor espera que a gente possa concluir disso? O senhor está falando o seguinte: que empresa estatal cria dificuldade — e o senhor praticamente concluiu: para vender facilidade. E depois o senhor foi até mais direto: “*Eu não estou disposto a dar bola para ninguém*”.

Quem pediu? Qual pessoa sugeriu ao senhor que isso existe? Qual projeto que o senhor tem algum conhecimento de que possa ter sido facilitado, não necessariamente para o senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Deputado, era isso o que eu ia falar...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor jurou falar a verdade aqui. Agora, o senhor colocou uma hipótese ou o senhor tem conhecimento de alguém que faça algum tipo de transação dessa natureza? Isso é extremamente importante!



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Como eu falei, em 2002 eu fechei um livro dos 90 anos da Tomie Ohtake e recebi da PETROBRAS normalmente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas não gostou.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não gostei, porque... Sabe quando você tem um livro que eu levo, às vezes, 2 meses para fechar? E lá levou 8 meses para fechar um livro. Era difícil. As coisas eram difíceis. Eles estavam esperando — eu percebia — oferecer alguma coisa. Eu falei: *“Eu não vou, eu não vou fazer”*. Então, se o senhor olhar no nosso histórico de patrocínios, não tem mais. Teve esse projeto e eu não quis mais fazer. A gente conhece o histórico do Brasil, dos patrocinadores. Não precisa entrar no detalhe: *“Quem que foi?”* Não foi ninguém. Eu falei: *“Eu não quero trabalhar com estatal”*. Nós não trabalhamos com estatal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Ou seja, ninguém pediu a você.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ninguém me pediu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Você sentiu o clima preparado para isso.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Ninguém me pediu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - E aí você evitou, não quis mais.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não quis e não fizemos nunca mais. Fizemos, segundo falaram, mais de 100 projetos e nunca teve mais nenhuma estatal nos nossos projetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O.k. Eu acho que fiz outras perguntas. Está satisfeito, Deputado Sávio?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Estou.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A do funcionário que foi demitido. Nós temos aquele teatro itinerante aqui que vocês viram, que atende de 400 a 800 crianças por dia, que ao longo desses 14 anos atendeu 1 milhão e 500 mil pessoas. Ao longo desses anos todos, atendeu quase 1 milhão e meio de pessoas em mais de 300 cidades. Nós começamos a perceber que — tinha, tem um



coordenador que viajava com uma equipe de 25 atores e técnicos, ficavam viajando pelas cidades —, de repente, começou a aumentar o custo do projeto. Coisas bobas que a gente foi percebendo: coisa de lavanderia mais cara; a água que a gente dava para as crianças beberem, mais cara. São umas bobagens, mas começou a ficar mais caro. Mas nós fomos perceber que o rapaz desviava recurso, porque ele ficava com o dinheirinho para pagar a refeição das pessoas e tal, e eu demiti esse jovem. Hoje eu sei que ele é caixa de supermercado de uma cidade do interior. Certo? Eu demiti, e daí ele jurou... Entrou com ação trabalhista, perdeu. Depois da ação trabalhista, ele jurou e fez essa denúncia que culminou com o que está acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Você lembra o nome dele?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - André Soares. Mas, assim, na denúncia, ele não assinou André Soares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Assinou Lula da Silva.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Luiz Inácio Lula da Silva. Eu concluo que tenha sido ele, porque foi o único desafeto que eu tive nesses 16 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Entendido. Eu acho que tem mais um?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**(Não identificado)** - As empresas parceiras, quantas mais ou menos que...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então, foi assim, quando foram inabilitados meus dois CNPJ — aliás, uma delas chama Amazon Books & Arts. Ela é 15 anos anterior a essa Amazon que existe agora aí —, Amazon Books & Arts e Solução Cultural. Quando elas foram inabilitadas, dezenas de pessoas tinham empresas. Então, nós fizemos essas parcerias, como eu relatei agora há pouco. Então, por exemplo, duas pessoas tinham empresas especializadas em captação de recursos. Elas falaram assim: *“Eu vou ser um proponente cultural, eu vou captar o recurso e a gente contrata o Bellini para fazer a produção do projeto”*. Então, aí foram geradas parcerias para que nós não parássemos de trabalhar, certo? Mas todas as empresas com mais de 10, 15, 20 anos. Nenhuma empresa foi criada após



a inabilitação. Elas já existiam, porque as pessoas já trabalhavam conosco. Então, assim, falar quantas ações... Eu acho que são oito. Uma era da diretora de teatro; outra era da pessoa que organizava *shows*; outra, da que fazia a captação de recursos. Então, eles passaram a ser os produtores. Nós, a quatro mãos, produzíamos os projetos, para ninguém parar de trabalhar e dar continuidade à nossa obra, que eu acreditava que estava dando certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Só quero fazer uma consulta quanto a isso. Como eu não sou um *expert* do setor cultural, quando alguém fica inabilitado é normal os colegas que têm outras empresas cederem suas empresas? Isso é um procedimento normal que acontece no setor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É um procedimento totalmente normal, porque ninguém quer parar de trabalhar. Se a minha empresa está inabilitada e a sua está habilitada, então vamos propor a sua empresa e vamos trabalhar a quatro mãos no projeto, assim que ele for aprovado e captado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Eu acho que terminaram aquelas primeiras perguntas. Posso continuar com as últimas aqui.

Como este momento de investigação da Polícia Federal é difícil — como V.Sa. já relatou —, pela forma como foi feita, gostaria de saber se V.Sa. tem outros meios de sobrevivência econômica além desse trabalho, e como V.Sa. estaria se mantendo economicamente nos atuais dias. Essa é uma pergunta.

A próxima pergunta. Eu entendo, até por V.Sa. apresentar o seu primeiro projeto — acho que foi o hipismo —, que faz 15 anos...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Faz 18 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - E até hoje não há prestação de contas.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Em 18 anos está em análise a prestação de contas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Está em análise. Isso é uma prova cabal de que há uma leniência total do Ministério da Cultura com relação aos projetos. Para mim isso não é responsabilidade deste Parlamento, porque o Parlamento vota a lei completa. Nós ouvimos de pessoas que estiveram presentes nesta CPI que a culpa é do Parlamento, que faz a lei.



Para mim, a lei é clara. Ela tem falhas, precisa de ajustes, mas também há a prestação de contas. E o Ministério ficar concedendo esse tipo de benefício e ter um projeto como esse, que há 18 anos não tem prestação de contas, isso é de responsabilidade — para mim, sim — de quem por lá está esse tempo todo.

E é por isso que nós precisamos, caro Relator, fazer uma reforma urgentemente dessa lei, mas também engessar o Ministério para que não continue cedendo benefícios indefinidamente.

Considerando essa leniência do Ministério; considerando que o seu projeto não tem, há 18 anos, a aprovação das contas; e considerando o fato de as suas empresas estarem sendo inabilitadas, em nenhum momento V.Sa. cogitou a possibilidade de que alguma coisa poderia dar errado no futuro? Isso não o assustou em algum momento da sua vida profissional? V.Sa. não pensou: *“Ministério, leniente; minhas empresas já foram inabilitadas; agora eu tenho que conseguir com parceiros?”* E continuou a prática do exercício do seu trabalho.

Eu fiz duas perguntas casadas — a primeira, sobre a forma de sobrevivência — para entender. Se esse é seu único meio de sobrevivência, eu acho que até justificaria. Se há outros, eu gostaria de entender um pouco. Essas seriam minhas duas perguntas, quase que casadas.

Por último, eu entendi que, nos últimos tempos — esta é uma terceira e última pergunta —, V.Sa. está trabalhando como captador, em casa, inclusive por telefone. Esta foi a resposta à Deputada Jandira Feghali.

Eu, como Deputado — e sou Deputado de primeiro mandato —, acredito que este nosso País está mudando, e mudando para melhor. E sei que V.Sa., depois de passar por todos esses infortúnios na vida, começou a refletir algumas coisas sobre o País, sobre a vida, sobre as decisões, em especial sobre a família, como V.Sa. já relatou aqui algumas vezes. Eu admiro todo e qualquer cidadão que valoriza os vínculos familiares.

Essa função de captador... Como Deputado de primeiro mandato, eu tenho recebido algumas denúncias no meu Estado, o Rio de Janeiro, de algumas pessoas que são especificamente captadoras, e um alerta especial para alguns captadores de empresas públicas. E V.Exa. só corrobora com as denúncias que eu recebo no meu Estado.



A minha pergunta: no seu Estado de São Paulo, além de V.Sa., quais seriam outros captadores importantes? Eles já tiveram as suas empresas com algum tipo de inabilitação? V.Sa. tem conhecimento de alguns outros captadores, de alguns outros produtores culturais no Estado que tiveram as suas empresas inabilitadas? Se tiveram, V.Sa. saberia os motivos? Porque, como é um mercado, todo mundo se conhece. Essas seriam as minhas últimas perguntas.

Desde já — como Deputado, agora, e não como Presidente; eu só estou aqui porque está faltando Deputado para substituir, apesar de que eu poderia ter feito a substituição com o meu colega — agradeço, porque estou participando da minha terceira ou quarta CPI neste mandato e é difícil ver uma pessoa que está sob investigação vir com a disponibilidade de contribuição que V.Sa. está trazendo.

Quero agradecê-lo de coração, porque vi, lamentavelmente, alguns grandes personagens da política brasileira virem aqui na mesma condição que V.Sa. veio e preferiram ficar silentes. Os seus advogados os orientaram dessa forma, o que é constitucional, não critico as decisões constitucionais, mas em nada contribuem com a melhoria de um Brasil melhor. E a sua atitude, mesmo em uma condição desfavorável, prova que V.Sa. quer contribuir com esta CPI.

Agradeço em meu nome, em nome do nosso mandato e dos nossos eleitores. Muito obrigado. Ficam as últimas três perguntas.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - No dia 29 de junho, quando teve a operação, naquele momento eu encerrei a minha atividade na cultura brasileira. Eu encerrei tendo atendido 1,5 milhão de crianças, tendo feito muitos livros, muitos *shows*. Projetos de dança com crianças carentes nós fizemos um monte, vários projetos. Então, naquele momento eu falei: *“O que eu tinha que contribuir, eu contribuí. Eu vou fazer outra coisa”*. Parei, não captei mais nenhum recurso a partir daquela data, estou sem trabalho. *(O depoente se emociona.) (Pausa.)* Em relação ao nosso... *(Choro.)* Eu quero um tempinho, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Vamos suspender por uns dois minutos, para que ele possa tomar água. Nós aguardamos alguns minutos para que ele possa tomar água. *(Pausa.)*

Quer continuar?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Quero. Sobre a manifestação do Ministério, hoje, a AGU divulgou que se, fosse analisar todos os projetos que estão pendentes para analisar a prestação de contas, levaria 19 anos para que fossem avaliados — 19 anos para olhar todos os projetos! A partir do momento que você tem um projeto que está há 18 anos e que ninguém te fala nada... Eu, particularmente — você está aqui do meu lado —, trata-se de um livro de extrema qualidade. A gente acha que fez o livro bem feito, que a coisa está... *(Mostra o livro.)* Nós não achamos que estávamos fazendo errado. Eu falei: *“Vamos continuar. Quem cala consente. Ninguém reclama dos nossos projetos”*. O art. 22 da Lei Rouanet fala que tem 180 dias para se manifestar se está aprovado ou reprovado, e ainda tem uma portaria no meio do caminho que é de 60 dias. Então, passado o prazo e ninguém falou nada, a gente continua no caminho.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Quero acrescentar, quanto à reforma da Lei Rouanet que o senhor falou, que eu acho, assim, uma grande falha da Lei Rouanet, uma grande falha da Lei Rouanet, quando se executa um projeto, que nunca ninguém recebeu, vai ser feito um *show*, um fiscalizador, nunca! Vai ter um *show* no Maracanã, com a Lei Rouanet, para 100 mil pessoas. Captou 50 milhões de reais e não vai ninguém do Ministério. Nunca foi e nunca apareceu uma pessoa para falar: *“Eu quero ver se o seu livro está sendo bem feito, de acordo com o que foi aprovado”*. Foram mais de 100 livros. Nunca ninguém fez isso. Então, é o seguinte, de que adianta? Você vai, aprova, a empresa capta, você vai produzindo e não vem ninguém olhar se está certo ou se está errado. E quando vêm as prestações de contas — já vou fazer um registro —, é uma incompetência a prestação de contas. Eu fiz uma prestação de um *show* que fiz chamado *Tributo a Ary Barroso*. Foi um *show* ao ar livre que tocava músicas do Ary Barroso, com o Maestro Júlio Medaglia. Aí, 5 anos depois veio a prestação de contas, onde a pessoa me pede uma carta de anuência do Ary Barroso — fez 5 anos agora —, dizendo que ele estava de acordo que eu fizesse o *show* com as músicas dele. Só que ele morreu em 1968. Como eles me pedem uma carta, em 2013, de um homem que morreu em 1968? Como em outro projeto, uma exposição, eles demoravam tanto para pedir as cartas. Eu tive alguns projetos, por exemplo, a carta de uma



curadora de uma exposição de gravuras da Tomie Ohtake. A pessoa que organizou morreu, não dá para ela dar a carta. Eu mandei o atestado de óbito dela. Esse mesmo autor do livro de hipismo, se pedirem a carta dele, ele faleceu. Pedir 18 anos uma carta de anuência que concorda que eu tinha feito o livro usando o nome dele como autor. *(Pausa.)* Empresas que já foram inabilitadas que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Captadores, se V.Sa. conhece alguns captadores que tiveram empresas inabilitadas, como um caso semelhante ao seu, no Estado de São Paulo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Aí a gente vai encontrar no *site* do MINC. Todas as empresas inabilitadas vão estar no *site* do MINC, mas eu não conheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Mas V.Sa. não conhece?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, eu sempre fui muito *low profile* no meu trabalho, sempre foi, assim, uma coisa muito familiar, a seis pessoas, então, eu nunca fui uma pessoa de sair para o mercado de... Nós somos sempre muito discretos no nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O.k. Obrigado.

O Relator quer concluir algumas perguntas após os colegas terem feito as deles?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Prezado Deputado Sóstenes Cavalcante, Presidente desta sessão neste momento, eu quero fazer algumas, mas, antes, quero me dirigir ao Sr. Bellini, porque, respeito todos nós temos pelo senhor, como também temos por todos que vêm aqui, mas eu não comungo muito com o sentimento do Deputado Sóstenes Cavalcante. Não estou achando o senhor tão contributivo, porque eu estou vendo incoerências.

Além do juramento que o senhor fez, nós estamos em uma CPI. Eu vou voltar a lhe fazer algumas perguntas e estou já pressentindo que vamos ter que convocá-lo aqui novamente, porque vamos ter que cruzar algumas informações, inclusive de natureza bancária.

Para mim, há algo que está incoerente nisso. O senhor está dizendo que há 2 anos não atua. Onde fica o endereço, onde funciona a empresa do senhor?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - O endereço em que ela funcionava...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Por que funcionava? Fechou a empresa do senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu parei a atividade...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu quero saber quando ela funcionou nos últimos 2 anos pelo menos, porque o senhor disse que há 2 anos não trabalha.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, a empresa funcionou até...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor disse já aqui nesta Comissão que há 2 anos não trabalha.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, eu trabalho. Eu fiquei na minha casa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Por isso que eu estou querendo coerência. Onde funciona a empresa, ou funcionava?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A empresa funcionava no Bairro do Morumbi.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em qual rua, avenida, onde?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Rua Carlos Cyrillo Júnior.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Rua Carlos Cyrillo Júnior.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - 580. A partir de junho, eu encerrei a atividade.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A partir de junho. Mas até junho, este ano e no passado, o senhor frequentou essa empresa ou não ia lá?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não ia lá.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não ia?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não ia diariamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu estou perguntando se o senhor ia lá ou não ia lá.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não ia diariamente, como o senhor está falando.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor ia lá? O senhor assinava documentos para essa empresa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Assinava também.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Assinava documentos para essa empresa. Essa empresa, nesses 2 últimos anos, não operou nenhum projeto da Lei Rouanet?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, as minhas empresas não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - As do senhor, não, mas o senhor continuava participando e trabalhando. O senhor disse que, quando foi inabilitado, fez parcerias, não foi isso que o senhor disse? Com a empresa da sua irmã, foi isso? Procede?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Procede.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E com a empresa do filho do senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - E de diretores de teatro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E de diretores de teatro. O senhor pode citar os nomes das empresas com as quais o senhor fazia parceria?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Uma chamava Intercapital.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Intercapital. Qual outra empresa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A outra, que nunca realizou nenhum projeto, só participava no trabalho...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Na execução, prestando serviço?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Chamava Mamalujo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mamalujo. Essa era prestadora de serviço?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Prestava serviços. Ela chegou a propor um projeto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Essa Mamalujo é de quem? Quem é o dono dela?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É de uma diretora...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas qual o nome dela?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Michelle Martins.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Michelle Martins, empresa Mamalujo, prestadora de serviços. Qual o tipo de serviço?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Era de direção daquele teatro das crianças. Ela fazia a coordenação do projeto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Do teatro das crianças. Há alguma empresa que fornecia palco, equipamento, serviços dessa natureza?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - No caso, a empresa que pertenceu à minha irmã, ela tem os palcos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Qual o nome da empresa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Vision.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Vision. Ela fornecia serviços?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Locação de serviços...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas também apresentava projetos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ela apresentava projetos e participava do trabalho do projeto. Ela apresentava, o projeto era captado...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Volto a lembrar que estou me dirigindo ao senhor com absoluto respeito. Mas nós precisamos de uma informação que esteja em consonância com o juramento que o senhor fez e com o que nós vamos checar.

O senhor é uma pessoa com grande experiência nessa área, tanto que, além de ter dirigido suas próprias empresas, atuou como elemento que coordenou esse trabalho em parceria. Não vejo nada de errado nisso, só estou confirmando com o senhor. Então, o senhor trabalhava com a sua empresa e trabalhava também com a empresa da sua irmã, com a empresa da Michelle, havia também a da Katia. Não é isso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Procede? É isso? Essa é a sua atividade?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A minha atividade...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor é um homem com essa experiência. E o senhor prestava esse serviço não só a sua empresa, mas coordenava o trabalho das demais empresas.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, depois que inabilitaram as minhas empresas...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, eu estou dizendo antes inclusive.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, o que V.Exa... Deixe-me falar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pois não.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Quando inabilitaram as minhas empresas, essas empresas dessas pessoas... São pessoas que trabalhavam lá há 10, 15 anos, fazendo produção cultural. Essas pessoas falaram: *"Eu quero continuar a trabalhar, eu não quero parar o trabalho"*. Eu falei assim: *"Sejam produtores"*. Eu não trabalhei como coordenador, eu fiquei como se fosse um consultor, eu fiquei de fora. Eu aconselhava, com a minha experiência, o que eu achava que era um bom caminho e o que eu achava que era um mau caminho. Eu não era remunerado por essas empresas. Eu não tinha essa remuneração.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nada?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não tinha essa remuneração.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Está bem. O senhor trabalhava de graça.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, eu fazia eventualmente algumas captações e eu recebia a captação do dinheiro que eu fazia. E isso aí eu fazia...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor fazia a partir do momento que o senhor fez essa parceria, depois de... Isso foi a partir de que ano?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Acho que 2013.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2013. Então, o senhor fazia algumas captações?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então, eu me recolhi a minha casa...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, mas o senhor tinha uma fonte de renda. O senhor acabou de dizer que fazia captações.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Com licença. Eu me recolhi... A partir de 2012, 2013, eu não fiquei bem de saúde. Eu falei: *“Eu vou me recolher na minha casa”*.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor até disse que foi internado numa clínica.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Psiquiátrica.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em qual clínica psiquiátrica?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Santa Mônica.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Santa Mônica.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Hospital Santa Mônica.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso em 2012?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, isso foi este ano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Este ano? Não, mas o senhor tinha dito...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu sofri um processo de...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor tinha dito que em 2012... Por isso estou falando das incoerências. Aqui há notas taquigráficas. Está gravado. Eu anotei aqui na hora. O senhor disse: *“Em 2012, eu sofri um processo de depressão. Eu fui inclusive internado.”* Em 2012, por que o senhor sofreu esse processo de depressão e está associando isso ao seu depoimento? Foi em razão de o senhor ter tido as suas empresas inabilitadas?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Em 2012, eu comecei a desenvolver um processo de depressão.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em razão...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Em razão desse rolo que fizeram com a minha vida.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esse rolo que fizeram com a sua vida em 2012?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - As inabilitações...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pois é, mas as inabilitações eram um rolo com a vida do senhor? Deixe-me entender melhor, naquele momento, o senhor já pressentia esse problema, em 2012, a ponto de entrar em depressão?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Em 2012, inabilitaram minhas empresas, empresas que a gente vinha trabalhando desde 1998.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, não foi em 2011, foi em 2012.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A inabilitação, acho que... A denúncia foi em 2011 e a inabilitação, em 2012. Eu entrei num processo de depressão nesse período aí.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas não houve nada com relação as suas empresas em 2012 e em 2013? Ou houve? Alguém foi lá? Alguém do Ministério? Alguém procurou o senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Eu que procurei o Ministério para entender...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor procurou?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - ...porque estavam reprovando tantos...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor procurou quando?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu procurei pelas vias oficiais, agendando uma reunião com o Secretário, para entender o que estava acontecendo...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - No ano de 2012?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - ...e para falar: se estava acontecendo alguma coisa errada, eu me dispunha a esclarecer, a resolver e a ressarcir.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E o que no Ministério reagiu?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não se manifestou.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não se manifestou.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nada.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Nada.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor estava inabilitado e não acontecia nada.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não acontecia nada.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nenhuma punição.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, a inabilitação é uma punição.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, com relação... Inabilitou por uma razão: inabilitou porque identificou problema. Qual é o questionamento sobre o problema? É simplesmente o seguinte: você errou, agora você está inabilitado. Eu esqueço o passado? O Ministério cobrou do senhor, formalmente, ou nessas reuniões: *“Você está inabilitado por isso e exigimos isso e isso.”* ou *“Estamos tomando uma providência judicial contra o senhor?”*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Posso falar?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pode.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - O Ministério, ele inabilitou as nossas empresas. Por que eles inabilitaram? Por que tiveram várias reprovações. Quais são as reprovações? A mesma coisa, pediam carta de 10, 12 anos atrás de uma escola que eu fui com as crianças. Eu não consegui essa carta. Pediu uma carta da curadora de uma exposição, que ela fez a curadoria da exposição. Ela morreu. Eu não consegui a carta. Eu não consegui a carta do Ari Barroso para falar que ele participou do... deu anuência ao projeto. Então, aí foi inabilitação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Aí veio a depressão em 2012?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então, eu entrei num processo de depressão e eu comecei a me tratar. Eu preferi me recolher e deixei que essas pessoas que fizeram as parceiras tocassem os projetos, certo? Agora, a coisa foi num agravante onde esse ano eu tive uma internação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Esse ano, depois do processo da prisão.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Mas eu fiquei no processo...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Olha, nós estamos falando em 2012, 2013, 2014, 2015. Eu volto a perguntar ao senhor para ter objetividade: o senhor está dizendo que se recolheu por 4 anos. O senhor não estava trabalhando e coordenando esses projetos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É... Tem um laudo médico, laudo até do hospital, está juntado no processo na Polícia Federal, onde ele constata que eu estou em tratamento desde 2012. Está no...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas são duas coisas diferentes. Eu estou perguntando se o senhor ia a sua empresa e era o responsável por coordenar os processos de aprovação de projeto, de captação e de execução.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Eu... Responsável... Eu fazia uma... Eu trabalhava como uma consultoria. Eu não participava mais da...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Consultoria para quem?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Por exemplo, eu estou com um projeto sobre o cavalo do hipismo. Para quem que eu vou pedir...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, não, isso foi há 18 anos. Eu estou perguntando agora, de 2012 para cá.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu estou dando um exemplo. Eu estou com uma...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas eu estou perguntando para quem o senhor fazia consultoria. Não estou querendo um exemplo. Estou querendo: *"eu prestava consultoria..."* Isso tinha uma remuneração.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Essa palavra... Não, não tinha remuneração.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Eram pessoas que eu conhecia há 15 anos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Agora, e a captação? O senhor disse: *"Eu fazia algumas captações"*.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então, como eu me recolhi a minha casa, eu ficava na minha casa... Aliás, fico na minha casa até hoje.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Desde 2012 o senhor ficava na sua casa.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Me recolhi a minha casa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então o senhor não ia trabalhar?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eventualmente eu passava no escritório. Nesse momento eles me faziam perguntas: *“Olha, tal projeto está desse jeito. O senhor acha que vai ficar bom?”* Eu falava: *“Vai ficar bom. Não vai ficar bom.”*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Bellini, a Katia começou a trabalhar com o senhor em que ano?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Acho que em 2013.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A Katia começou a trabalhar com o senhor em 2013, mas de 2012 em diante o senhor já não trabalhava.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Mas ela não começou a trabalhar comigo, começou a trabalhar no escritório.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela trabalhou com o senhor até 2014. Procede?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, ela prestou serviço de contadora para os projetos até agora, junho deste ano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas lá na empresa... Ela continuava lá até agora, não é? Isso vai ter que ser acareado.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, ela não continuava lá. Ela tinha um escritório... Ela constituiu um escritório...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas teve um período em que ela ficou lá na empresa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Um período em que ela ficou lá, que não foi mais de 1 ano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, 2013 e 2014.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Talvez 14 e 15. Eu acho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor conhece a empresa Academia de Arte... Academia Brasileira de Arte, Cultura e História?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, conheço. Era um dos nossos parceiros.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Um dos parceiros?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Da Katia, no caso?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não era da Katia a empresa. A Katia era contadora dessa empresa e representante.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Contadora.

Agora, o senhor disse que fazia captação nesse período. Então, para o senhor ver: a Katia... Por isso eu disse que tem inconsistência e não a contribuição que o Sóstenes estava entendendo. Num aspecto, ele tem toda razão. O senhor está vindo aqui e está falando. Só que o senhor diz uma coisa... Uma hora o senhor diz: *“Eu não trabalho desde 2012”*. Depois o senhor diz: *“A Katia foi trabalhar comigo em 2013”*. Depois: *“Não, ela foi trabalhar, mas para prestar serviço para as empresas”*.

A Katia disse aqui que o senhor coordenava todo o processo, mesmo tendo a empresa ligada a ela. Mas quem definia qual era o projeto, quem iria fazer a captação e principalmente quem iriam ser os fornecedores era o senhor, e os outros trabalhavam sob a sua orientação. O senhor confirma que as pessoas trabalhavam sob sua orientação ou era a sua irmã Zuleica que coordenava?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Cada titular de cada CNPJ era o responsável pela sua empresa. Eu trabalhava como conselheiro...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sr. Bellini, o senhor acabou de dizer, por exemplo, que a Mamaluco...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Mamalujo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - ...Mamalujo, da Michelle, tinha uma determinada função. Mas não tinha jeito de ela exercer a função se não houvesse agente, alguém que elaborasse o projeto, captasse o recurso para chegar a ela. A informação que nós temos é que é o senhor. Se não é o senhor, quem fazia isso? Espontaneamente, não ocorria.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não tem jeito de empresas que têm atuação em etapas distintas produzirem um resultado se não tiver alguém que coordene. Não nasce da espontaneidade a aprovação de um projeto aqui.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Nós trabalhávamos como se fosse uma cooperativa. Cada um era dono da sua... Era titular da sua...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ótimo. O senhor acabou de dizer: "*Nós trabalhávamos*". Então, o senhor estava dentro do processo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Como conselheiro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor pode dar o nome de "conselheiro", tudo bem.

Agora, vamos às captações. O senhor atuava com captação. Dentro dessas captações, o senhor conheceu... Não, vou reformular a minha pergunta: quando o senhor conheceu Odilon Costa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - O captador dessa empresa me levou para conhecer o Sr. Odilon Costa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em que ano? Quando? Há quanto tempo?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Lá para 2012 mais ou menos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2012.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2012. Aí o senhor conheceu Odilon Costa.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - E o Sr. Odilon queria conhecer quem foi a pessoa que começou a fazer toda essa produção cultural.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Certo. Então, a partir de 2012... Antes o senhor não teve contato com ele?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor teve contato com Odilon onde?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Em algumas poucas reuniões lá no escritório.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Na empresa dele?



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Na empresa dele, onde ele era diretor.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Na Cristália, onde ele é diretor. A Cristália fica em Itapira.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Fica em Itapira.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então foi em Itapira que o senhor teve contato com o Odilon.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, foi no escritório do Laboratório Cristália aqui em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - No escritório de São Paulo. Certo. O senhor foi apresentado a ele por quem?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Pelo captador que fazia a captação de patrocínio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Qual o nome do captador?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Bruno Amorim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Bruno Amorim.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Meu filho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ah, é o filho do senhor? O Bruno já o conhecia. Existe alguma relação de natureza familiar?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Como?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Entre o senhor ou o Bruno e esse Sr. Odilon... Alguma relação familiar, alguma...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, o Bruno é captador de todas essas...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu falo em relação familiar, alguma coisa que aproximou Bruno do Odilon.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, nenhuma. Simplesmente comercial...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor não sabe como eles se conheceram, não?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Prospecção de mercado.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Prospecção de mercado. Contatou e levou o senhor e o senhor foi apresentado. A primeira reunião, em 2012?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Qual foi o primeiro projeto que a Cristália patrocinou?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não me recordo. Mas eu lembro que foram aqueles três *shows* da Santa Casa, com a verba revertida. Foram os *shows* em Itapira com a verba revertida para a Santa Casa da cidade.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Seria a partir de 2012.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A partir de 2012.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2012, 2013...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Se me permite até contar como se dava...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim. O que o senhor puder informar, eu volto a lhe pedir. Nós vamos conferir cada detalhe. Eu acho extremamente oportuno, porque eu entendo, inclusive para a formatação do nosso relatório, que é muito importante a coerência e a verdade. Isso é fundamental. Então, eu lhe peço que relate a relação com o Odilon, com a Cristália, a ordem desses *shows*... E tem também o de Recife, não é? E se tiver algum outro que o senhor se lembre.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. O proprietário do Laboratório Cristália é médico já tem mais de 80 anos. E o primeiro trabalho, o primeiro emprego da vida dele foi como médico da Santa Casa de Itapira. Foi lá onde ele começou. A partir dali, ele montou uma pequena farmácia, que virou um dos maiores laboratórios do Brasil. A empresa é a maior empresa da cidade — uma cidade de 25 mil habitantes. Essa empresa dá emprego a 5 ou 6 mil pessoas. O doutor... Eu não lembro o nome. O Presidente do laboratório. Ele, como todas as Santas Casas do Brasil estão em processo falimentar, no objetivo de querer ajudar a Santa Casa dele, o nosso captador Bruno, juntamente com o Sr. Odilon, chegou à conclusão de que, se eles patrocinassem alguns *shows* com a Lei Rouanet na cidade de Itapira, nós poderíamos reverter — como era uma bilheteria simples, foi coisa de 30 reais o ingresso —, cobrar a bilheteria e pedir que os participantes do



projeto, do *show*, doassem os seus cachês para a Santa Casa. Isso aí foi intermediado entre o Bruno, captador, e o Odilon para que... Eles patrocinaram os *shows*, aportaram recursos da Lei Rouanet, o *show* foi realizado. Foram três *shows*: um com o Jorge Aragão; outro foi o Maestro João Carlos Martins — um por ano —; e outro com a Orquestra Sinfônica acompanhando o Sérgio Reis e o Renato Teixeira. Deu, em média, cada *show*, uma bilheteria de 150 a 180 mil, entre cachês e devoluções e a bilheteria. E cada pessoa tinha que dar 1 quilo de alimento não perecível. Então, a relação que nós temos com o Sr. Odilon é essa relação, que ele patrocina um *show* e ele acompanhar que o crédito foi feito no caixa da Santa Casa, o que foi feito. A própria Santa Casa já foi auditada pelo Ministério da Cultura, e confirmou.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Bom, além dos três *shows* na Santa Casa, a Cristália patrocinou também o de Recife.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, teve um *show* em Recife, onde foi feito...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor tratou também com o Odilon sobre esse *show* de Recife?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, nenhum desses *shows* eu tratei com o Odilon. Eu ficava sabendo, porque o captador era o meu filho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Bruno é que tratou.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - O Bruno é meu filho. Ele comentava em casa que tinha fechado os *shows*. O *show* de Recife foi um *show* onde 3 dias antes do *show*... Foi ao ar livre, à beira da praia. Foi montado um palco e foi feita uma panfletagem em terminais de ônibus lá em Recife, foi feita uma panfletagem na praia, existem fotografias dessa panfletagem, e as pessoas... Tinha a quota de convidados lá do Laboratório, eles levaram os convidados deles também. Todo patrocinador tem uma quota de convidados, como eu, produtor cultural, tenho uma quota também.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E se era na beira da praia... Por que quota, se era ao ar livre, num espaço livre? Ou era num espaço fechado.



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, só estou comentando: qualquer *show*, sendo em espaço fechado, o produtor cultural e o patrocinador têm uma quota.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Têm uma quota. Mas lá o senhor está me dizendo que era ao ar livre, à beira da praia. Qual é a razão de uma quota de convidados? Não é aberto a todo mundo?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então, não tinha. No caso desse de Recife, não era quota de convidados, porque era um *show* aberto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - É, porque o senhor disse que era *show* aberto e que o patrocinador tinha uma quota.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É que os *shows*, todos eles têm uma quota.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nesse caso, então, não tinha.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não tinha quota.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não tinha nenhuma quota, não tinha nada.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Era um *show* aberto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Agora, são só esses quatro que o senhor está lembrando. Quanto foi, aproximadamente, o valor desses quatro projetos, valor pela Lei Rouanet?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Olha, em média, foi captado cerca de 300 mil reais para fazer um *show*, porque você tem que pagar cachê para uma orquestra de 120 pessoas; você tem que transportar o artista, a maioria deles vem do Rio de Janeiro, hospedar o artista, trazer as *vans* com os instrumentos deles.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Trezentos mil?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Em torno de 300 mil.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Para cada um.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Para cada *show*.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, seria, se a gente tiver tido média de 300 mil, 900 mil nos três *shows*, mais 300 mil em Recife?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Um milhão e duzentos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É. Os números eu não tenho ao certo qual é. Mas, em média, é esse valor.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu tenho a informação de que só o grupo Cristália teria atuado com apoio da ordem que passa de 6 milhões de reais.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Aí, eu não tenho essa informação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não. O senhor não conhece essas informações, não...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não tenho essa informação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Grupo Scania também atuou patrocinando projetos captados pelo senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, vários.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pelo menos o último, o senhor lembra, ou os últimos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Por exemplo, eles fazem um trabalho com caminhoneiros nas estradas. Nós montamos uma tenda em postos de gasolina, onde nós convidamos os caminhoneiros que param para dormir no posto de gasolina...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso foi um projeto cultural.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foi um dos projetos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi um dos projetos. Esse foi um dos últimos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, foi...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi em que ano?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Uns 4 anos, 5 anos atrás.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Qual foi o último? O senhor lembra?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Deixa-me contar...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Certo. O senhor conta esse mesmo, porque eu perguntei qual foi o último realizado.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É... Então, esse projeto é uma tenda. Ele já foi patrocinado até pela Mercedes, pela Scania, pela Volvo e pela



Volkswagen Caminhões. É um projeto social e cultural. Nós montamos uma tenda em postos de gasolina de grande circulação de caminhoneiros. Eu vou dar um exemplo: em Cubatão, tem lá a Ecopátio, onde param 1.500 caminhoneiros pra dormir por dia, e amanhã serão outros caminhoneiros. Nós montamos uma tenda. Inicialmente foi feita uma parceria com a WCF — *World Childhood Foundation*, que é presidida pela Rainha Sílvia, da Suécia, que combate a exploração sexual na infância e na adolescência. Então, nós criamos um teatro. Nós convidávamos o caminhoneiro de uma forma lúdica, como numa comédia, e nós falávamos para o caminhoneiro desse tema da exploração sexual. Então, a Scania patrocinou um desses projetos, por exemplo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim, o senhor deu um exemplo, mas a minha pergunta é outra. O senhor lembra qual foi o último ano em que houve projeto patrocinado pela Scania ou por alguma das empresas parceiras?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ah, eles patrocinaram... As empresas parceiras — e quando eu tinha as minhas empresas habilitadas —, eles patrocinavam todos os anos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Todos os anos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Todos os anos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, no ano passado, 2015...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu acho que, no ano passado, 2015. Talvez até 2014.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Até 2014.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É. Eu não tenho certeza desse número, mas eu acho que até 2014.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor lembra quem era o contato na Scania?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Era um captador, que fazia as captações também, e a pessoa que... que falava lá na Scania...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Qual captador? Era o Bruno?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - No caso, era o Felipe.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Era o Felipe. Felipe de quê?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Felipe Amorim.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Tele tem algum laço também com o senhor?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É meu filho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Também é filho. O Bruno é filho e o Felipe também.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - O Bruno captava em algumas empresas...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Bruno captava na empresa Cristália.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em mais alguma? O senhor se lembra de mais alguma?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ah, em outras, sim: Yázigi.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E o Felipe Amorim captava na Scania.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Na Scania.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Certo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Captava na BASF, por exemplo, que é uma empresa alemã.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Certo. Agora, lá na Scania... Desculpe-me por interromper o senhor. É para identificar melhor o Felipe Amorim, que é filho. Qual era o contato na Scania?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ah, como foi de 2005, talvez, até 2014...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - ...essas empresas multinacionais mudam muito de gestores.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2014, o mais recente.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então, o mais recente eu acho que é Rodrigo. Eu lembro o nome dessa pessoa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Rodrigo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eles falavam desse Rodrigo.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor chegou a estar com o Rodrigo?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Já estive uma vez.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Lá na Scania?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Lá na Scania. Eles sempre querem conhecer o Antônio Bellini, então, eu...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - ...eu vou às reuniões...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Até porque o senhor é o conselheiro, como o senhor denominou, o consultor.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não... E tudo começou lá atrás comigo, em 1998.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Isso.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eles querem saber quem é o velhinho aqui que... que pode...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não... Nem tão velhinho também, não é, Sr. Bellini? *(Riso.)*

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eles querem saber quem é que começou, sabe?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Nem tão velhinho...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então, eu iria prestigiando. Normalmente... Só um momento, normalmente, no processo de prospecção, eu nunca participei com os captadores. Quando estava para fechar o negócio, eu ia junto lá pra falar: *"Olha, eu estou aqui junto pra tal... pra os conhecer"*.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Os captadores tinham uma remuneração, o Felipe, como captador, pelo projeto...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. A remuneração...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - ...conforme a lei prevê.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Conforme a lei prevê.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Dentro do limite que a lei prevê?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Dentro do limite que a lei prevê, estritamente.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O Bruno também.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Estritamente. Não só ele, como os outros captadores.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor tinha alguma remuneração?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não tinha remuneração. Quando eventualmente eu fazia alguma captação, eu era remunerado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E qual foi a última captação que o senhor fez?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu ajudei na Scania, por exemplo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não. O senhor ajudou... O senhor esteve com o Rodrigo. Eu estou falando formalmente.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu participei, eu ajudei o Felipe a captar na Scania.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas aí o senhor foi remunerado formalmente?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ele dividiu a comissão dele comigo. Ele pode fazer isso daí.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, tudo bem. Então isso continua ocorrendo inclusive agora em 2014?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim. Foi a maneira que tenho vivido até.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, o senhor não estava em casa só. O senhor estava trabalhando também. Isso já me alivia, porque o senhor nos passou uma posição aqui de que o senhor...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, 90% do meu tempo eu me recolhi a minha casa. Eventualmente eu participava de reuniões. Eventualmente...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor recebia algum outro tipo de remuneração além da captação, além de uma parte do dinheiro da captação que



o Felipe dividiu ou eventualmente o Bruno? O senhor recebeu alguma outra forma de remuneração?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, eu recebia... Quando eu participava, ajudava alguém a captar, com a minha presença, algum captador, eles me davam uma participação na remuneração, na captação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas, além disso, não?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor disse que não era o controlador do processo. Então o senhor...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, eu participava como conselheiro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E era conselheiro sem remuneração, que o senhor falou.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, eu recebia dessas captações.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Das captações. Somente de captação?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Somente de captação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então a Mamalujo, estou citando ela como exemplo, ou outra dessas empresas parceiras não remuneravam o senhor.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Se eu participasse...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Da captação...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - ...Se eu ajudasse, às vezes. A Mamalujo, no caso, nunca captou nenhum projeto. Ela chegou a aprovar, mas nunca captou. Mas vamos supor, ela falou: *“Eu tenho um projeto aqui que está aprovado e eu preciso captar. Você me ajuda?”* *“Eu tenho essa relação que vocês me passaram com um monte de projetos.”* Eu conhecia as pessoas, eu ligava para elas e falava: *“Olha a gente tem um projeto aqui está aprovado.”* Por exemplo, esses projetos sociais. *“Um projeto que vai combater a exploração sexual na infância e na adolescência, você pode me ajudar sendo patrocinador do projeto?”* Eles ficavam...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor chegou a citar, e eu até interfeiri, com a permissão do Presidente e do Deputado Sóstenes Cavalcante, para



tentar colher um pouco mais de dados... O senhor disse que teve só uma experiência com a empresa pública e não gostou, teve uma impressão ruim, que poderiam estar querendo algo ilícito. O senhor é, portanto, um homem bem vivido com relação a essa experiência de captação. Alguém pediu algum tipo de contrapartida para o senhor, algum tipo de vantagem?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Olha, nunca pediram, porque eles sabem que eu nunca daria. Faz parte do nosso perfil. Nós nunca pagamos a nenhum desses parceiros. Fazia parte...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Essas empresas, no caso da Cristália, ela patrocinou *shows* que eram de orquestra sinfônica com artistas da MPB. Do total que ela patrocinou, quantos por cento ela podia deduzir do imposto?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Cem por cento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mesmo com a presença do artista da MPB, sem nenhuma dificuldade.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim, porque quando você, no caso, aprova um projeto assim: orquestra sinfônica do maestro X com convidado MPB. Então, o projeto está aprovado, a isenção será de 100%. Aí, na hora de decidir qual o convidado da MPB, nós, no caso de conselheiro, falávamos assim: "*Em Itapira, tem que ser o Sérgio Reis*". É dessa forma que eu entrava como conselheiro. Vocês não vão colocar o Jota Quest em Itapira, porque ninguém vai ao *show*. Tem que ser o Renato Teixeira, tem que ser o Almir Sater. Então, a forma de eu atuar como conselheiro era dessa forma, ou seja, de eles oferecerem um *show* adequado àquele público que iria assistir.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Há quanto tempo o senhor faz *shows*? Porque (*ininteligível*) o senhor disse que foi a primeira experiência há 18 anos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu faço *shows* desde os 17 anos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, eu falo pela Lei Rouanet, foram quantos anos?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foi depois de 2007, mais ou menos.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2007.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu fiz alguns.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E sempre tinham este formato: o senhor fazia orquestra sinfônica e MPB.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sempre. É uma marca registrada nossa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E isso está correto?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Está correto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Está correto dentro da Lei Rouanet?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Está correto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Agora, o custo maior era o do artista da MPB?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - E da orquestra, porque a orquestra, às vezes, é de 138 músicos, a quem você não só tem que pagar o cachê, mas tem que pagar o transporte. Você tem que pagar o transporte para esse pessoal, alimentação, hotel para esse pessoal. Então, acaba encarecendo quando você está com a orquestra fora da cidade onde tem a sede. E fica muito caro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Sr. Bellini, com a aquiescência do nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - V.Sa. disse que conseguia doações dos artistas das orquestras, e que por isso doou à Santa Casa de Itapira e de outros lugares, parece...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - E outras Santas Casas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - E outras Santas Casas. Nunca nenhum artista da MPB doou cachê?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, eles não doam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Nunca?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eles usam uma frase da Ruth Escobar assim: *“Não me peça para que eu te dê de graça a única coisa que eu tenho para vender”*.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Voltando à questão das orquestras, em Itapira foi a mesma orquestra, não é?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ela chegou a fazer apresentação em algum outro evento em que o senhor atuou?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Da orquestra de Itapira, foram nesses três *shows*.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E nos outros eventos, já que o senhor disse que era uma marca registrada, o senhor se lembra, aproximadamente, quantos *shows* com orquestra o senhor já fez?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - As empresas?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - As empresas. O conjunto do...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu acredito que entre uns 50 a 60 *shows*, ao longo ou desde 1996...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Havia uma orquestra mais frequente do que as outras?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Nós trabalhamos praticamente com três orquestras aqui em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Três orquestras?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Uma do Maestro Amilson Godoy.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - São pessoas jurídicas?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Todas elas são pessoas jurídicas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Porque você tem que dar a nota.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, o senhor considera que elas são parceiras do processo ou simplesmente fornecedoras?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - São fornecedoras. Só para responder com quem nós trabalhávamos, nós trabalhávamos com a Orquestra do



Maestro Júlio Medaglia, que foi regente da Filarmônica de Berlim por 15 anos, que é a maior orquestra sinfônica do mundo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu sei.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - A segunda foi a do Maestro João Carlos Martins, que todos devem conhecer. Fizemos vários *shows* com ele. A terceira foi a do Maestro Amilson Godoy, que é um expoente da MPB da época dos festivais da Record. Aí, quando era muito longe, no caso de Recife, nós chamávamos uma orquestra, no caso, de Recife.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi só para a Santa Casa que houve esse gesto de doação ou houve para outros lugares, por parte da orquestra.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Por várias vezes, da WCF — *World Childhood Foundation*, presidida pela Rainha Silvia, da Suécia, que combate a exploração sexual na infância e na adolescência, nós tivemos uns 5 anos *shows* patrocinados — aí, no caso, foi a Duratex a empresa que patrocinou —, e foram *shows*, assim, com Toquinho e com MPB4, todos com orquestras sinfônicas. Teve Daniela Mercury com orquestra sinfônica; teve Lulu Santos com orquestra sinfônica; teve *show* do Chitãozinho e Xororó com João Carlos Martins, com a orquestra sinfônica, que ganhou o Prêmio Grammy Latino. Toda a bilheteria desses *shows* era doada, no caso da WCF... E, para dar credibilidade à doação, a gente contratava uma empresa de auditoria externa, que emitia um laudo não só da venda dos ingressos como também da doação à instituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Posso, Relator, mais uma vez?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O DVD de 40 anos de Chitãozinho e Xororó e orquestra é feito por V...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - ...pela empresa de V.Sa.?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Deixe-me falar, é um orgulho nosso. Eu sugeri, numa reunião, fazer: “*Vamos mesclar o sertanejo com o clássico*”. Aí me chamaram de louco. Vamos colocar o Chitãozinho e Xororó com o João



Carlos Martins, que vai ficar uma coisa maravilhosa. Fizemos um *show*, fizemos outro *show*... Fizemos um *show*, acho que foi também para a WCF. Fizemos alguns *shows* com eles. Eles gostaram tanto que gravaram o DVD. Esse DVD ganhou o Prêmio Grammy Latino. Ou seja, a ideia saiu do nosso escritório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Mas esse DVD não foi produzido pela empresa nem captado pela Lei Rouanet?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - O.k.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Voltando à questão da remuneração, essa logística para dar suporte — transporte, etc., vários serviços que o senhor fez referência à orquestra etc. — era feita por uma das empresas com as quais o senhor tem relacionamento?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, eram empresas contratadas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sempre contratadas.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Então, por exemplo, você vai transportar 138 músicos, você precisa de três ônibus, mais um caminhão especializado para transportar os instrumentos deles.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - A Vision trabalhava mais com palco ou ela fazia outros serviços?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ela fazia produção de palco; ela fazia produção de sonorização, fazia produção de iluminação do *show*; ela cuidava da parte da segurança, com bombeiros, plantão paramédico; ela cuidava das recepcionistas que pegavam os ingressos, quando eles eram vendidos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Essa empresa é da esposa do senhor.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, essa empresa é da minha irmã.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - É da sua irmã, da Zuleica?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Isso é permitido.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não estou questionando se é permitido, não.



Finalmente, eu gostaria de saber do senhor, porque 2012 foi o período que o senhor se lembrou de que trouxe até estresse. Mas 2012, 2013, 2014, 2015, como o senhor recebia por eventuais captações, o senhor tem ideia de qual tenha sido o seu faturamento pessoal durante esse período?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Dava...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu estou fazendo uma pergunta, embora exista o sigilo, e o senhor não tem nem necessidade de trazer informações. Eu estou lhe perguntando, porque nós vamos ter acesso.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu estou querendo lhe dar a oportunidade de que tenhamos aqui um depoimento, para que nós possamos ter um juízo adequado na sua condição como investigado no inquérito que está instalado e investigado aqui nesta Comissão, estando aqui como depoente, para que nós possamos ter ciência da verdade.

Então, seria importante saber se o senhor está disposto a revelar qual o faturamento que o senhor auferiu nesse período e se esse faturamento está todo associado às atividades de produção cultural ou se o senhor, como inclusive já foi dito pelo sócio, e o senhor chegou a responder que não, tem alguma outra fonte de renda?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, eu não tenho outra fonte de renda. Desde junho eu estou vivendo de doações de família, sabe, doações de amigos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor não tem patrimônio também?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu tenho o apartamento em que eu moro e uma casa em que, no caso, minha esposa mora, porque eu me separei dela. Até a separação veio com isso aí. E uma casa. Ambos foram adquiridos antes da operação com a Lei Rouanet, certo?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Então, o senhor está se referindo a agora, de junho para cá, que o senhor não está tendo atividade, não é?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Então, eu não tenho remuneração desde junho.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, a minha pergunta foi de 2012 para cá, que foi o período que o senhor...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eventualmente...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Foi o período que suas empresas foram consideradas inabilitadas.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eventualmente...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Mas o senhor continuou atuando, embora através de empresas parceiras e até de familiares. E aí, como o senhor mesmo admitiu que auferiu alguma renda, embora num processo de parceria, eu estou lhe perguntando se o senhor deseja informar, em média, o que teria sido o seu rendimento de 2012 para cá. Quer dizer, eu já disse que o senhor não é obrigado a dizer. Trata-se de sigilo, ao qual nós teremos, pelos meios legais, acesso. Se o senhor quiser compartilhar isso com a gente... Porque eu vi que o senhor se emocionou em algum momento. O senhor tem colocado as suas dificuldades. Eu quero saber se o senhor está interessado em nos dizer: *“De 2012 para cá, a situação minha é esta”*. Se o senhor quiser nos informar, nós estamos à disposição para ouvi-lo.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - De 2012, eu tenho feito eventuais captações. Vou citar um exemplo: acho que por 2 ou 3 anos seguidos, eu fiz a captação para o Hospital do Câncer de Barretos, certo?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Como é isso? A captação para o hospital já não tem nada a ver com a Lei Rouanet?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não. Aí já não é Lei Rouanet.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O que é esse processo?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Existe uma lei da saúde, em que as empresas podem doar 1% para tratamento câncer, 1% para idoso — do Imposto de Renda — e 1% para deficiente físico. Com base no meu relacionamento com essas empresas, eu falava — e, no caso, Odilon foi um deles —: *“Odilon, já que você está tendo 4% da Lei Rouanet, vamos ajudar o Hospital do Câncer de Barretos? Você poderia fazer uma doação desses seus 3%?”* E houve um ano em que nós conseguimos mais de 2 milhões e 400 mil reais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Para o Hospital do Câncer...



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - De Barretos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Com captação?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - E aí, pela lei, a gente pode ser remunerado também por isso como captador.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em que ano foi isso que o senhor disse?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Foi o ano acho que de 2012 ou 2013, mais ou menos. E eu fiz, assim captações para o Hospital do Câncer de Barretos e fiz para outros...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Em 2012 ou 2013. Aí o senhor está se referindo à sua pessoa física.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Pessoa física.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor como pessoa física.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E nessa operação, como pessoa física, o senhor recebe formalmente, então, de maneira documentada o percentual?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu tenho que emitir um recibo, onde é descontado o Imposto de Renda.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Claro.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu vou dar um exemplo: no caso do Hospital do Câncer de Barretos, eu consegui com a Scania uma doação de 900 mil reais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - E nessa situação o senhor recebe um percentual?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu sou remunerado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Pelo hospital...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Conforme a lei de hospital, puder me remunerar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Entendi.

O senhor respondeu, mas me faltou, na hora eu não consegui registrar, o nome do funcionário que o senhor disse que se manifestou, dizendo que iria persegui-lo. O senhor usou alguma expressão assim dura.



**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Deu branco agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Realmente...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - André Soares.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - André...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - André Soares. Ele era coordenador. Assim, um funcionário simples, mas coordenava a equipe que viajava.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O senhor se lembrou dele. Eu não sei se o senhor chegou a dizer isso, mas se chegou, é só para recapitular, porque eu não registrei. O André Soares, o senhor contou que teve divergência com ele e que ele, ao fazer a rescisão, usou um tom de ameaça.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Totalmente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - O que efetivamente ele fez depois, então, contra o senhor. O senhor se lembra?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ele entrou com uma ação trabalhista.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ação trabalhista. Mas do ponto de vista das suas atividades na área cultural, ele...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ele entrou com uma ação trabalhista. Ele perdeu a ação trabalhista porque na ocasião o juiz considerou que funcionário, que quem trabalha com projeto cultural, com a Lei Rouanet não é CLT, e sim contrato temporário de trabalho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ele era o quê? Era captador?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não, ele coordenava a equipe que viajava com as crianças. De repente, a conta da água ficou mais cara, a conta da lavanderia ficou mais cara, a conta do combustível do caminhão e do ônibus começou a ficar mais cara. Então, nós fomos mexer, vimos que ele estava... Porque ele ficava com uma verba para fazer esses pagamentos. Então, é fácil chegar a um posto de gasolina e falar: *“Olha, põe 500 reais de óleo diesel e me dá uma nota de 700 reais”*. Nós começamos a perceber essas coisas, porque a gente calculava a quilometragem, as distâncias. Aí ele foi dispensado disso daí. Ele fez ação trabalhista, perdeu. Aí ele fez a denúncia anônima, mas ele assinou Luiz Inácio Lula da Silva. Mas eu vou te falar, ele não acionou...



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Você está atribuindo que ele teria feito a denúncia anônima ao Ministério Público...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ao Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - ...que deu origem ao processo em 2011.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Exatamente. Tudo isso aconteceu por causa dessa denúncia. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Agora, é por dedução ou o senhor conseguiu algum indício mais evidente?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - É por dedução e por... Acabaram pessoas que trabalham lá falando, sabe? Outra, eu nunca tive nesses 15, 18 anos, nenhum desafeto. Eu sou "de boa" com as pessoas. Então, foi o único problema que eu tive.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Ele reside onde, esse André Soares?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Ele reside em São João da Boa Vista. Ele trabalha hoje de caixa de um supermercado. A última vez que eu o vi lá trabalhando, de caixa de supermercado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Sim, além desse episódio específico de ele ter sido autor da denúncia anônima...

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu não afirmo, porque foi Luiz Inácio Lula da Silva. Eu deduzo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Não, é anônima. O senhor deduziu. Não houve nenhuma outra situação relevante.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu me dou por satisfeito por hoje, Presidente. Depois estabeleceremos a sequência com V.Exa. e com os demais colegas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Nobre orador, Deputado Domingos Sávio, obrigado por suas últimas contribuições se referindo a



minha contribuição. Acho que V.Exa., ao longo dos seus questionamentos, entendeu que...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Claro, claro. Eu comungo com o seu sentimento. Quem dera que todos os depoentes em CPI se dispusessem a falar, ainda que não falem, às vezes, guardando a coerência que acreditamos que deveria haver. Mas não é nenhum prejulgamento. Só depois de todos os dados nós vamos poder estabelecer um juízo de valores mais adequado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - A esse *terminus* é que faço meu reconhecimento.

Mais uma vez, devo agradecer ao Sr. Antônio Carlos Bellini Amorim, a seus advogados.

V.Sa. quer concluir, falar mais alguma coisa?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BELLINI AMORIM** - Eu queria agradecer a oportunidade de poder vir aqui para falar, contar a nossa história, contar a nossa verdade, dessa nossa dedicação, desde 1998. Agradeço por estar aqui com vocês. Eu me coloco à disposição quantas vezes forem necessárias para voltar aqui para falar com vocês. Obrigado pela atenção de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Sóstenes Cavalcante) - Obrigado.

Agradecemos também a V.Sa., aos seus advogados, a todos que participaram, a toda assessoria presente, aos Deputados e às Deputadas, àqueles que nos assistem pelos diversos meios de comunicação.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na terça-feira, dia 29 de novembro, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente, para deliberação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.